

PLANO
DIRETOR
JOÃO PESSOA
O FUTURO É VERDE

P1b
Relatório de Metodologia
e Mobilização

FASE I



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA

Prefeito Municipal

Cícero de Lucena Filho

Vice Prefeito Municipal

Leopoldo de Araújo Bezerra Cavalcanti

Secretaria Municipal de Planejamento

José William Montenegro Leal

Secretaria Municipal de Gestão Governamental e Articulação Política

Diego Tavares

Coordenador Geral do Programa João Pessoa Sustentável

Antônio de Fátima Elizeu de Medeiros

pSecretaria Municipal de Administração

Ariosvaldo de Andrade Alves

Secretaria Municipal de Comunicação Visual

Marcos Vinícius

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

Felipe Matos Leitão

Secretaria Municipal de Educação

Maria América de Assis Castro

Secretaria Municipal de Finanças

Brunno Sitonio de Oliveira

Secretaria Municipal de Habitação Social

Socorro Gadelha

Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Recreação

Kaio Márcio Ferreira Costa de Almeida

Secretaria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor

Rougger Xavier Guerra Júnior

Secretaria Municipal de Saúde

Fábio Rocha

Secretaria Municipal de Trabalho, Produção e Renda

Vaulene de Lima Rodrigues

Secretaria Municipal de Turismo

Daniel Rodrigues de Lacerda Nunes

Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia

Margareth de Fátima Formiga Melo Diniz

Controladoria Geral do Município

Eudes Moacir Toscano

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano

Fábio Carneiro

Secretaria Municipal de Fazenda

Adenilson de Oliveira Ferreira

Secretaria Municipal de Infraestrutura

Rubens Falcão da Silva Neto

Secretaria Municipal de Meio Ambiente

Welison Araújo Silveira

Secretaria Municipal de Política Pública para Mulheres

Nena Martins

Secretaria Municipal da Receita

Sebastião Feitosa Alves

Secretaria Municipal de Segurança Urbana e Cidadania

João Almeida

Secretaria Municipal Executiva de Transparência Pública

Rafael Rosa Costa

Autarquia Especial Municipal de Limpeza Urbana

Ricardo José Veloso

Fundação Cultural de João Pessoa

Marcus Alves

Instituto de Previdência do Município

Caroline Ferreira Agra

Superintendência de Mobilidade Urbana

George Ventura Moraes

Procuradoria Geral do Município

Bruno Nóbrega

Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil

Kelson de Assis Chaves

Coordenadoria de Patrimônio Cultural de João Pessoa

Daniella Bandeira

COORDENAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA DE INTEGRAÇÃO MUNICIPAL

Núcleo de Estudos e Análise Urbana – NEAU/SEPLAN

Presidente

Valéria von Buldring

Membro

Thalia Karenina M. de Alencar Paiva

Membro

Uiara Wasconcelos de Assis

Secretário-Geral

Vidomar Pilatti

EQUIPE TÉCNICA DO CONSÓRCIO

Coordenadora Geral: Arquiteta Urbanista

Izabel Neves da Silva Cunha Borges

Coordenador Geral Executivo: Engenheiro Civil

Gustavo Taniguchi

Coordenadora Operacional: Arquiteta Urbanista

Manoela Fajgenbaum Feiges

Gerente de Projeto: Engenheiro Civil

Douglas Christofari Viero

Advogada

Luciane Leiria Taniguchi

Advogado

Claudio Marcelo Rodrigues Iarema

Arquiteta Urbanista

Tami Suzchman

Arquiteta Urbanista

Zulma Das Graças Lucena Schussel

Arquiteta Urbanista

Joana Borges Doyle Lontra

Arquiteto Urbanista

Clóvis Ultramari

Arquiteto Urbanista

Juliano Geraldi

Economista

Mariano de Matos Macedo

Engenheiro Ambiental

Altair Rosa

Engenheiro Ambiental

Helder Rafael Nocko

Engenheiro Civil

André Luciano Malheiros

Engenheiro Cartógrafo

Maximo Alberto S. Miquelles

Engenheiro Ambiental e Sanitarista

Bruno Gomes Camargo

Geógrafo

Augusto dos Santos Pereira

Geógrafo

Paulo Henrique Costa

Socióloga

Fabiane Baran

Tecnologia da Informação

João Marcos Leiria

Jornalista

Paulo Victor Grein

Administradora

Viviane Cristina Cardoso

Assistente Administrativo

Luara Andrade Godoi

Representante Local

Rita de Cassia Xavier dos Santos

Estagiária de Arquitetura e Urbanismo

Ilana Kruchelski

ÍNDICE

1	APRESENTAÇÃO	12
2	CONTEXTUALIZAÇÃO E OBJETIVOS DA REVISÃO DO PDMJP	16
3	PRINCIPAIS AGENTES ENVOLVIDOS	18
3.1	COORDENAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA DE INTEGRAÇÃO MUNICIPAL.....	18
3.2	EQUIPE TÉCNICA DE INTEGRAÇÃO MUNICIPAL (ETIM).....	19
3.3	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO URBANO (CDU).....	20
3.4	EQUIPE TÉCNICA DO CONSÓRCIO	21
4	ESTRUTURAÇÃO DA REVISÃO DO PDMJP DE JOÃO PESSOA	31
4.1	FASE I – PACTUAÇÃO DA METODOLOGIA E MOBILIZAÇÃO	32
4.2	FASE II – ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA.....	35
4.3	FASE III – DIRETRIZES E PROPOSTAS.....	50
4.4	FASE IV – PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTO E INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PDMJP	53
4.5	FASE V – SUMÁRIO EXECUTIVO E CAPACITAÇÃO.....	58
5	DETALHAMENTO E PACTUAÇÃO DA METODOLOGIA	60
5.1	METODOLOGIA TÉCNICA.....	60
5.2	METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS.....	67
6	CRONOGRAMA	90
7	PLANO DE COMUNICAÇÃO	96
7.1	CRIAÇÃO DE LOGOMARCA	96
7.2	CRIAÇÃO DE PÁGINA DE INTERNET	98
7.3	MÍDIA ESPONTÂNEA.....	99
7.4	MÍDIA PATROCINADA (PROPAGANDA)	100
7.5	IMPRESSOS INFORMATIVOS.....	100
7.6	CARRO DE SOM.....	104
7.7	CONVITES.....	104
7.8	RESUMO GRÁFICO	106
8	FORMAS DE ENTREGAS E CRITÉRIOS PARA ACEITE	107
8.1	FORMAS DE ENTREGA	107

8.2	CRITÉRIOS PARA ACEITE	112
9	REFERÊNCIAS	114
10	ANEXOS	116
10.1	ANEXO I.....	116

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Componentes do Programa João Pessoa Sustentável	13
Figura 2: Subcomponentes do Programa João Pessoa Sustentável.....	13
Figura 3: 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.....	17
Figura 4: Fases do processo de revisão do PDMJP	31
Figura 5: Fluxograma de revisão do PDMJP	61
Figura 6: Exemplo de Matriz CDP	64
Figura 7: Exemplo de Matriz CDP e definição de objetivos.....	65
Figura 8: Logomarca do Plano Diretor de João Pessoa proposta pelo Consórcio.....	97
Figura 9: Logomarca do Plano Diretor de João Pessoa elaborada e aprovada pela PMJP	98
Figura 10: Página de Internet do PDMJP	99
Figura 11: Modelo de <i>Folder</i>	101
Figura 12: Modelo de Impresso Informativo.....	102
Figura 13: Modelo de Convite	105

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Modelo de matriz – PAI	66
Quadro 2 – Quadro de análise dos atores envolvidos nos eventos participativos.....	70
Quadro 3 – Modelo de lista de presença	86
Quadro 4 – Modelo de ficha de participação.....	87
Quadro 5 – Legenda dos eventos a serem realizados.....	90
Quadro 6 – Legenda dos produtos a serem entregues.....	91
Quadro 7 – Legenda de relatórios de registro de eventos participativos a serem entregues.	91
Quadro 8 – Legenda de cores dos cronogramas.....	91
Quadro 9 – Cronograma para execução dos trabalhos em 20 meses, conforme TDR.....	92
Quadro 10 – Cronograma alvo para execução dos trabalhos em 15 meses.....	94
Quadro 11 – Resumo gráfico do plano de comunicação	106

SIGLAS

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

ETIM – Equipe Técnica de Integração Municipal

ESG – Unidade de Soluções Ambientais e Sociais do BID

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

LOA- Lei Orçamentária Anual

MGAS – Marco de Gestão Ambiental e Social

NAU – Nova Agenda Urbana

NEAU – Núcleo de Estudos e Análise Urbana

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

PAI – Plano de Ação e Investimento

PDM – Plano Diretor Municipal

PDMJP – Plano Diretor Municipal de João Pessoa

PIB - Produto Interno Bruto

PMJP - Prefeitura Municipal de João Pessoa

PPA - Plano Plurianual Municipal

RMJP – Região Metropolitana de João Pessoa

TDR – Termo de Referência

UEP – Unidade Executora do Projeto do BID

1 APRESENTAÇÃO

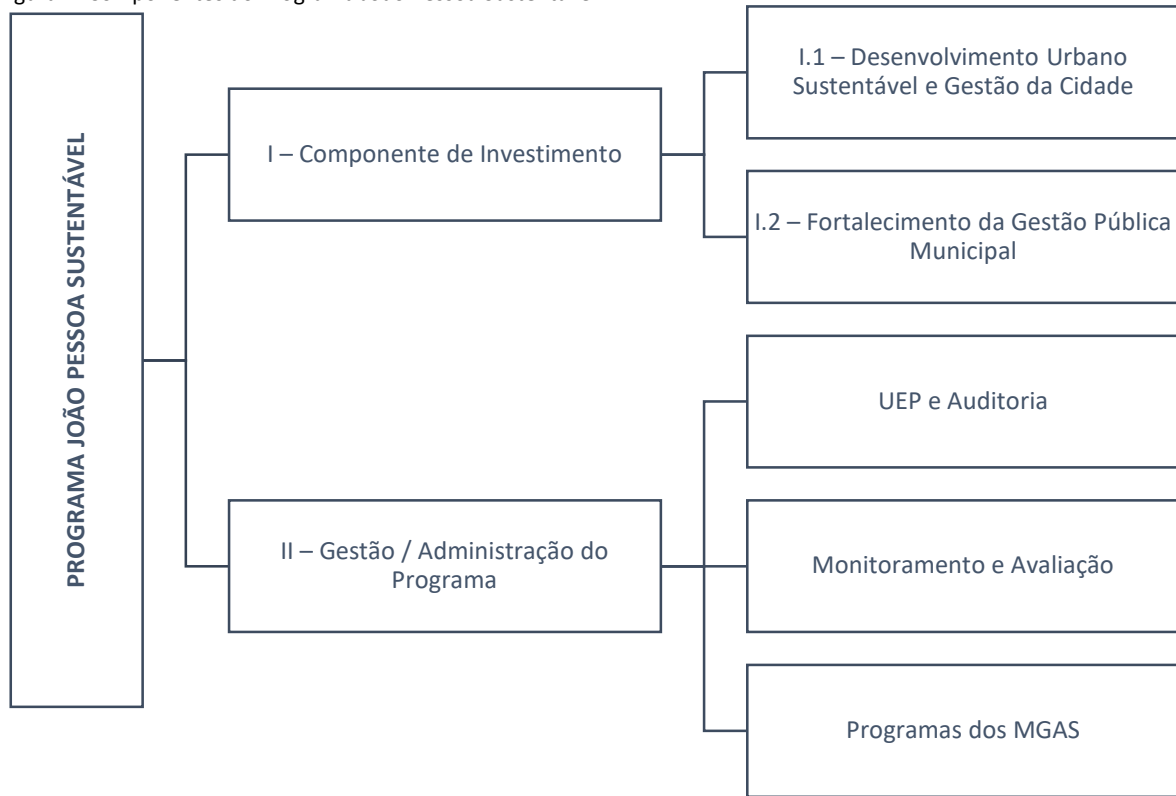
A revisão do Plano Diretor do Município de João Pessoa (PDMJP) – Paraíba – Brasil é decorrente da Seleção Baseada na Qualidade e Custo (SBQC) nº 91.002/2020, Contrato de Prestação de Serviços nº 02.006/2021, celebrado no dia 28 de março de 2021, entre o Consórcio – João Pessoa Sustentável – PDMJP e a Prefeitura Municipal de João Pessoa e será desenvolvida como parte das ações previstas no Programa João Pessoa Sustentável.

Este programa é decorrente do contrato de empréstimo nº. 4444/OC-BR, assinado entre a Prefeitura Municipal de João Pessoa e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e tem como objetivo principal promover a sustentabilidade urbana de João Pessoa por meio de três pilares: melhoria urbana, econômica e da gestão municipal.

Dividido em dois componentes (como pode ser observado na Figura 1), o Programa João Pessoa Sustentável tem como objetivos específicos:

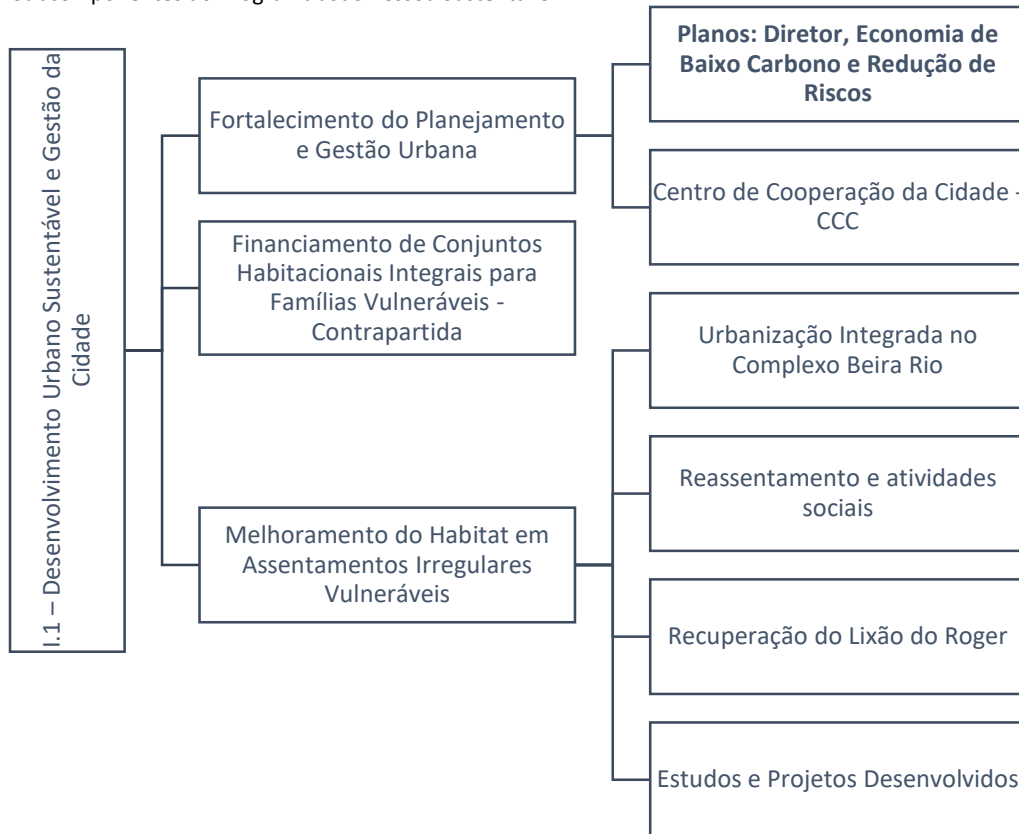
- Fortalecer os instrumentos de planejamento e gestão urbana.
- Incrementar o acesso a conjuntos habitacionais de interesse social, infraestrutura e equipamentos urbanos de qualidade para famílias vulneráveis.
- Melhorar a qualidade de vida em assentamentos informais a partir da mitigação de riscos socioambientais e da melhoria do habitat em projetos com potencial de replicação.
- Incrementar a eficiência da gestão dos recursos fiscais municipais por meio do fortalecimento dos procedimentos administrativos, capacitação e modernização de equipamentos tecnológicos.

Figura 1: Componentes do Programa João Pessoa Sustentável



Fonte: PMJP (2021), adaptado pelo Consórcio (2021)

Figura 2: Subcomponentes do Programa João Pessoa Sustentável



Fonte: PMJP (2021), adaptado pelo Consórcio (2021)

A revisão do PDMJP se enquadra no Componente I – Componente de Investimento, do Programa João Pessoa Sustentável, como pode ser observado na Figura 1 e na Figura 2, e será dividida em cinco fases:

- Fase I – Pactuação da Metodologia e Mobilização
- Fase II – Análise Temática Integrada
- Fase III – Diretrizes e Propostas
- Fase IV – Plano de Ação e Investimento e Institucionalização do PDMJP
- Fase V – Sumário Executivo e Capacitação.

Na Fase I da revisão do PDMJP, conforme preconiza o Termo de Referência desta contratação (TDR), busca-se a ambientação da equipe do Consórcio com o território e a equipe técnica municipal, além da pactuação e detalhamento dos processos metodológicos e cronograma.

O presente documento técnico constitui o Relatório 01 – Metodologia e Mobilização, pertencente à Fase I – Pactuação da Metodologia e Mobilização, tendo por base as recomendações técnicas contidas no TDR, em conjunto à legislação de referência, às características específicas do município de João Pessoa e às recomendações deste Consórcio - baseadas em sua *expertise* e experiência conquistada no desenvolvimento de outros planos diretores municipais.

O objetivo deste relatório é apresentar o plano de trabalho, a pactuação da metodologia, apresentar o cronograma físico de atividades, eventos e produtos e a descrição e detalhamento de cada fase. Vale salientar que mesmo após a sua aprovação poderão ser propostas alterações, novos desdobramentos e o refinamento das atividades, desde que acordadas entre as partes e visando um melhor resultado técnico final.

Todo o processo de revisão do PDMJP deverá ser compatível com a legislação aplicável, em especial:

- Lei Orgânica do Município de João Pessoa
- Planos Diretores dos Municípios limítrofes
- Planos setoriais do Governo do Estado da Paraíba e do Município de João Pessoa
- Constituição do Estado da Paraíba

- Constituição Federal
- Lei Federal Nº 10.257/2001 – Estatuto da Cidade
- Lei Federal Nº 13.089/2015 – Estatuto da Metrópole
- Lei Federal Nº 12.587/2012 – Política Nacional de Mobilidade Urbana
- Lei Federal Nº 6.766/1979 e 9.785/1999 – Parcelamento do Solo Urbano
- Lei Federal Nº 13.465/2017 – Regularização Fundiária Rural e Urbana
- Lei Federal Nº 12.608/2012 – Política Nacional de Proteção e Defesa Civil
- Lei Complementar Nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade na Gestão Fiscal

2 CONTEXTUALIZAÇÃO E OBJETIVOS DA REVISÃO DO PDMJP

Os Planos Diretores são uma importante conquista da sociedade que permitem promover novos conceitos para o desenvolvimento das cidades e políticas públicas de longo prazo, garantindo o fortalecimento econômico, a valorização das potencialidades locais, a cooperação social, a conservação dos recursos naturais e a melhoria da qualidade de vida.

O Plano Diretor do Município de João Pessoa vigente foi aprovado pela Lei Complementar Nº 03/1992 e sofreu diversas atualizações no decorrer do tempo, em especial por meio da Lei Complementar Nº 54/2008, consolidada pelo Decreto Municipal Nº 6.499/2009, que adequaram o PDMJP de 1992 à Lei Federal 10.257/2001 - Estatuto das Cidades.

A Lei de 1992 já trazia inovações para a política de planejamento urbano, como a Outorga Onerosa do Direito de Construir. No entanto, o crescimento demográfico acentuado, o aumento das ocupações irregulares, a especulação imobiliária e o espraiamento urbano resultaram na desigualdade de distribuição das infraestruturas e equipamentos públicos percebidas atualmente.

Cabe destacar também a obrigação legal de revisão da lei que instituiu o Plano Diretor pelo menos a cada dez anos, conforme o Parágrafo 3º do Artigo 40 da Lei Federal Nº 10.257/2001 – Estatuto das Cidades.

Tendo em consideração o exposto, a revisão do PDMJP tem como objetivo principal reordenar a cidade para um futuro mais sustentável, resiliente, justo e participativo, definindo objetivos, orientações e propostas de intervenção para o desenvolvimento municipal, de forma a garantir a função social da cidade e da propriedade e a distribuição equitativa dos bens e serviços à população, após ampla análise técnica e comunitária da situação atual e levando em consideração os conceitos apresentados pela Nova Agenda Urbana (NAU) e pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A NAU, adotada na Conferências das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável apresentou o entendimento de que as cidades podem deixar de ser a causa dos desafios enfrentados pelo mundo e passar a ser a solução, desde que sejam bem planejadas e administradas, contribuindo como uma ferramenta para o desenvolvimento sustentável e garantindo que todas as pessoas tenham direitos e acessos iguais aos benefícios e oportunidades que as cidades podem oferecer.

Os conceitos apresentados na NAU fortalecem a ideia de relação entre a boa urbanização e a geração de empregos, as oportunidades de subsistência e a melhora da qualidade de vida, que devem ser base na definição de todas as políticas urbanas. Isso demonstra a ligação entre a NAU e a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), com seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), conforme pode ser observado na Figura 3.

Figura 3: 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável



Fonte: Organização das Nações Unidas (2021)

O ODS 11 (“Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis”) contempla uma série de estratégias, objetivos e metas a serem alcançadas até o ano de 2030, passando pela proteção aos pobres e pessoas em situação de vulnerabilidade social, acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis e sustentáveis, proteção do patrimônio cultural e natural do mundo, entre outros.

3 PRINCIPAIS AGENTES ENVOLVIDOS

A metodologia aplicada ao processo de Revisão do PDMJP visa ampla participação dos técnicos da Prefeitura Municipal, garantindo assim que o poder público cumpra seu papel, não só de agente fiscalizador, mas também de idealizador e condutor do plano.

Cabe destacar ainda a importância da participação popular, garantindo que a revisão do PDMJP aborde as necessidades do principal beneficiado por uma cidade sustentável, resiliente, justa e participativa.

Com o acima exposto e conforme preconiza o TDR, a revisão do PDMJP contará com os seguintes atores:

3.1 COORDENAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA DE INTEGRAÇÃO MUNICIPAL

Caberá ao Núcleo de Estudos e Análise Urbana (NEAU) a coordenação do processo de revisão do PDMJP. Este grupo pertence à estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Planejamento (SEPLAN) e foi nomeado pela Portaria Nº 01/2021-SEPLAN.

A NEAU será composta pelos servidores abaixo relacionados:

- Valéria von Buldring – Presidente
- Thalia Karenina M. de Alencar Paiva – Membro
- Uiara Wasconcelos de Assis – Membro
- Vidomar Pilatti – Secretário-Geral.

Além da coordenação do processo de revisão, o contato rotineiro entre a equipe do Consórcio e a Prefeitura Municipal de João Pessoa, a fiscalização quanto ao cumprimento do TDR e do Plano de Trabalho e as atribuições contidas em seu ato de criação, caberá ainda à Coordenação da ETIM:

- Coordenar e gerenciar todo o processo de revisão do PDMJP.
- Informar à Coordenadoria da Região Metropolitana de João Pessoa o início do processo de revisão do PDMJP.
- Aprovar a versão final dos produtos elaborados pela empresa contratada relativa a cada uma das fases, conforme o TDR, após aceitação da ETIM.
- Dar conhecimento e solicitar providências dos gestores da administração municipal para o encaminhamento do processo de revisão do PDMJP.

- Mediar e fazer a interlocução entre o poder executivo e legislativo municipal e a empresa contratada.
- Zelar pelo cumprimento de todas as disposições do TDR, garantindo a qualidade dos produtos e o cumprimento dos prazos.
- Tornar público o processo de revisão do PDMJP, instrumentalizando os meios de comunicação com informações.
- Dar suporte técnico e encaminhar a documentação necessária ao fiscal do contrato.
- Coordenar o processo de participação da sociedade civil na revisão do PDMJP.

3.2 EQUIPE TÉCNICA DE INTEGRAÇÃO MUNICIPAL (ETIM)

Conforme o TDR, a ETIM participará de todo o processo de revisão do PDMJP. Essa equipe deliberará e dará suporte para a realização de todas as tarefas e atividades previstas.

A ETIM foi criada pelo Decreto Nº 9.710/2021 e será composta por um titular e por um suplente de pelo menos as seguintes áreas:

- Planejamento urbano e territorial
- Licenciamentos
- Desenvolvimento Econômico
- Geoprocessamento e informações cartográficas
- Cadastro municipal
- Receita municipal
- Habitação e regularização fundiária
- Sistema viário e mobilidade urbana
- Meio ambiente
- Saneamento ambiental
- Defesa civil
- Infraestrutura urbana
- Estruturação de equipamentos públicos
- Legislação urbana.

As atribuições da ETIM são aquelas constantes no seu ato de criação, em especial:

- Assegurar a construção do processo de revisão do PDMJP de acordo com os fins propostos no TDR, subsidiando a empresa contratada com mapeamento, dados e informações para a realização dos eventos e elaboração dos produtos.
- Avaliar e validar, junto com o CDU, a programação de atividades e eventos, métodos, técnicas e estratégias propostas para a revisão do PDMJP.
- Recomendar a convocação de outros órgãos do poder público (municipal, estadual ou federal) e/ou convidar associações representativas dos vários segmentos da comunidade para subsidiar a análise dos documentos referentes à revisão do PDMJP.
- Emitir análises técnicas, propondo alterações, adequações, exclusões e/ou complementações, quando necessário, nos documentos entregues pela empresa contratada ao longo das diversas fases do processo de revisão do PDMJP, tendo por base o TDR.
- Dar aceitação técnica da versão final dos produtos elaborados pelo Consórcio relativa a cada uma das fases conforme o TDR.
- Participar das Reuniões Técnicas, Reuniões Comunitárias, Oficina de Proposta, Audiências Públicas e Conferência do Plano Diretor.
- Dar suporte técnico ao fiscal do contrato.

Ainda segundo o TDR, após o término do processo de revisão do PDMJP, os membros da ETIM deverão participar do processo sistematizado e permanente de atualização, aprofundamento e revisão do PDMJP, fortalecendo o processo de execução e monitoramento das ações advindas deste plano, assim como acompanhar o planejamento urbano integrado do município contribuindo para manutenção da legislação urbanística atualizada às necessidades das funções sociais da cidade.

3.3 CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO URBANO (CDU)

A inclusão do Conselho de Desenvolvimento Urbano como agente envolvido é uma das ações que compõe a estratégia de construção coletiva e participativa para esta revisão do PDMJP.

Em conformidade com o exposto no item 4.1.1. do TDR, o CDU deverá opinar e acompanhar todas as fases do processo de revisão do PDMJP. Cinco membros do CDU constituirão a Comissão Especial de Desenvolvimento Urbano, visando a análise e o acompanhamento da revisão do PDMJP.

Além das competências originadas por seu ato de criação, o CDU deverá contribuir para a revisão dos instrumentos legais de sua criação, no que se refere a atribuições, composição e funcionamento e ainda:

- Acompanhar as Reuniões Técnicas, Reuniões Comunitárias, Oficinas de Propostas, Audiências Públicas e Conferência da revisão do PDMJP.
- Contribuir na revisão coletiva do PDMJP.
- Cumprir as prerrogativas estabelecidas pelo Estatuto da Cidade no que diz respeito à participação democrática de representação da sociedade na revisão do PDMJP.
- Auxiliar na mobilização da sociedade durante o processo participativo de revisão do PDM.
- Avaliar junto com a empresa contratada e a ETIM, a programação de atividades e eventos, métodos, técnicas e estratégias propostas para a revisão do PDM.
- Transmitir e trazer informações às entidades representadas no CDU das questões, informações, programações, consultas dos assuntos relacionados a revisão do PDM.

3.4 EQUIPE TÉCNICA DO CONSÓRCIO

O Consórcio – João Pessoa Sustentável – PDMJP possui equipe técnica qualificada e grande expertise em território nacional e internacional na elaboração de projetos para estruturação urbana, planos diretores e de mobilidade a nível municipal e regional, geoprocessamento, projetos de requalificação urbanística e soluções inteligentes para sistemas viários e de transporte coletivo.

Conforme preconizado pelo TDR, o Consórcio será responsável por:

- Organizar e coordenar os eventos participativos.
- Responsabilizar-se integralmente pela execução dos serviços contratados, nos termos da legislação vigente e deste TDR.

- Manter-se, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.
- A produção, impressão, distribuição do material gráfico e digital de divulgação de Reuniões, Oficina, Audiências e Conferência Pública.
- Zelar pelo bom andamento dos trabalhos, mantendo a qualidade dos produtos e cumprindo prazos e ações pactuadas.
- Elaborar e produzir a cartilha do PDMJP final.

A equipe técnica do Consórcio é constituída por profissionais especializados e de referência em suas áreas de atuação e será dividida em equipe chave e equipe de apoio, conforme listado e qualificado a seguir:

3.4.1 EQUIPE CHAVE

Coordenadora Geral: Arquiteta Urbanista – Izabel Neves da Silva Cunha Borges

Arquiteta e Urbanista formada pela Universidade Federal de Brasília (1979), possui Mestrado em Planejamento Urbano pela *University of Virginia* (1982) e Especialização em Transportes pela Universidade Federal de Brasília (1990). Tem ampla experiência na execução e coordenação de projetos de planejamento urbano, regional e metropolitano, sistemas de transporte metropolitano e regional, obtenção de financiamentos para projetos de infraestrutura, planos diretores municipais, regionais e metropolitanos, projetos de transporte multimodal, planos de desenvolvimento social e econômico e planos integrados de desenvolvimento regional e metropolitano.

Uso do Solo: Arquiteta Urbanista – Tami Szuchman

Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (1993), mestrado e doutorado em Gestão Urbana pela mesma universidade (2007), e atuou como professora titular do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Positivo. Tem experiência na área de Arquitetura e Urbanismo, atuando principalmente nos seguintes temas: desenvolvimento local e regional e parques urbanos.

Habitação e Moradia: Arquiteta Urbanista – Zulma das Graças Lucena Schussel

Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Paraná (1974), D.E.A. em Sócio - Economia do Desenvolvimento - Université de Paris (Pantheon-Sorbonne – 1982), e doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano pela Universidade Federal do Paraná (2006). Fez parte da equipe que elaborou o Plano de Uso e Ocupação do solo da Unidade Territorial de Planejamento do Guarituba (1999), na Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba – COMEC, como supervisora geral. Trabalha na área de planejamento urbano e regional, com ênfase em sustentabilidade urbana, técnicas de planejamento e projeto urbanos e regionais, atuando principalmente nos seguintes temas: planejamento urbano, planejamento metropolitano, meio ambiente e urbanização, planejamento ambiental de cidades, processo de metropolização. Possui mais de 10 anos de experiência comprovada na elaboração de planos diretores municipais e planos de desenvolvimento urbano.

Mobilidade e Sistema Viário: Engenheiro Civil – Gustavo Taniguchi

Possui graduação em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Paraná (1996), e Especialização em Transportes Urbanos pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção (1999), Mestrado em Gestão Urbana - Pontifícia Universidade Católica do Paraná (2007) e Pós-Graduação em Mobilidade e Trânsito pela Universidade Futura ITCV (2017). Trabalha na área de planejamento urbano e regional, com ênfase em projetos de transportes urbanos, mobilidade e sistemas de passageiros, atuando principalmente nos seguintes temas: planejamento urbano, planejamento metropolitano, planos diretores, mobilidade e demais planos setoriais de urbanização. Possui comprovada experiência na coordenação de planos diretores municipais e planos de mobilidade urbana.

Legislação e questões institucionais: Advogada – Luciane Leiria Taniguchi

Possui graduação em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (1997), Especialização em Direito Tributário e Processo Tributário pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (1999), pós-graduação MBA em Direito Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (2003) e pós-graduação em Mobilidade e Trânsito pela Universidade Futura ITCV (2017). Atua na área de direito público, administrativo, ambiental e urbanístico. Possui

comprovada experiência em trabalhos de elaboração de legislação de ordenamento e uso do solo, e acompanhamento e elaboração de legislação correlata a planos diretores municipais e planos de mobilidade urbana.

Geoprocessamento: Engenheiro Cartógrafo – Máximo Alberto S. Miquelles

Possui graduação em Engenharia Cartográfica pela Universidade Federal do Paraná (2004). Atua na área de planejamento urbano municipal, metropolitano, regional e nacional. Possui comprovada experiência em trabalhos de geoprocessamento, imagens de satélite e cartografia para o desenvolvimento urbano. Foi coordenador de geotecnologia do Conselho de Arquitetura do Paraná, chefe da divisão de geoprocessamento do Município de São José dos Pinhais/PR, Coordenador Geral de Identificação e Patrimônio da União através de mapeamento georreferenciado.

Geoprocessamento: Geógrafo – Augusto dos Santos Pereira

Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal do Paraná (2009), mestrado (2013) e doutorado (2018) em Geografia pela mesma universidade. Atualmente é chefe de agência de São José dos Pinhais/PR da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, atuando como técnico em informações geográficas e estatísticas.

Economia e Finanças: Economista – Mariano de Matos Macedo

Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Minas Gerais (1975) e Doutorado em Economia pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (1988). No Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada exerceu o cargo de Diretor de Políticas Sociais (1996-1999). No Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, exerceu os cargos de Diretor Presidente (1991-1994) e de Coordenador Técnico (1984-1986). Foi coordenador da área de Estudos Socioeconômicos da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC (1982-1983). Docente da Universidade Federal do Paraná desde 1980, atualmente é professor do Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano dessa universidade.

Meio Ambiente: Engenheiro Ambiental – Altair Rosa

Possui graduação em engenharia ambiental pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (2004), especialização em Engenharia de Segurança no Trabalho pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (2007), mestrado em Gestão Urbana pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (2007), doutorado Engenharia Hidráulica e Saneamento pela Universidade de São Paulo com período como *Visiting Scholar* na *Virginia Tech University* - EUA (2016) e Graduação em Engenharia Civil pelo Centro Universitário Autônomo do Brasil - UniBrasil (2019). Atualmente é professor da Pontifícia Universidade Católica do Paraná junto aos cursos de graduação em Engenharia Ambiental, Engenharia Civil e Arquitetura e Urbanismo. Além de professor, trabalha com assessoria e consultoria ambiental e de planejamento urbano e regional, com ênfase em: planejamento urbano, planos diretores e de mobilidade e saneamento em geral.

Infraestrutura e Serviços Públicos: Engenheiro Civil – André Luciano Malheiros

Engenheiro Civil formado pela Universidade Federal do Paraná (2001), mestrado e doutorado em Métodos Numéricos em Engenharia pela Universidade Federal do Paraná, tendo como linha de pesquisa Dinâmica dos Fluidos Computacional e Poluição Ambiental. Possui comprovada atuação na execução de estudos e projetos de engenharia de infraestrutura, planejamento urbano e ambiental, em especial, monitoramento, modelagem matemática, geoprocessamento avançado e projetos e planejamento na área de infraestrutura de energia, saneamento e sistemas de transportes. Possui experiência em trabalhos em projetos básicos de PCH's, inventários hidrelétricos, estudos avançados em recursos hídricos, poluição ambiental, micrometeorologia e dispersão de poluentes atmosféricos, monitoramento e modelagem matemática ambiental com programação computacional, estudos de impactos ambientais, planos diretores, planos de saneamento ambiental (resíduos, água, esgoto e drenagem), planos de recursos hídricos.

Aspectos Sociais: Socióloga – Fabiane Baran

Mestre em Sociologia e graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Atua em atividades de coordenação e pesquisa para elaboração de estudos, levantamentos, diagnósticos, prognósticos e planos, e na formulação, implementação e avaliação de programas. Destacam-se as atividades de concepção e execução de entrevistas,

inquéritos por questionários, oficinas, reuniões técnicas e reuniões comunitárias. Participou em mais de 80 projetos, incluindo estudos de impacto ambiental e relatórios de impacto ambiental (EIA/RIMA), estudos de inventário hidrelétrico, planos de manejo, planos municipais de saneamento básico (PMSB) e planos diretores municipais.

3.4.2 EQUIPE DE APOIO

Coordenadora Operacional: Arquiteta Urbanista – Manoela Fajgenbaum Feiges

Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (2011), pós-graduação em Mobilidade e Trânsito - Faculdade Futura (2019) e mestrado em Assentamentos Humanos pela Katholieke Universiteit Leuven - Bélgica (2015), reconhecido no Brasil como Gestão do Território pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2018). Atualmente cursa o Programa de Pós Graduação em Planejamento e Infraestrutura de Sistema de Transporte, pela Universidade Federal do Paraná. Possui experiência em Arquitetura e Urbanismo, nos âmbitos nacional e internacional, atuando principalmente nos seguintes temas: desenho urbano, planejamento urbano, municipal e regional, planejamento de transportes e mobilidade urbana.

Gerente de Projeto: Engenheiro Civil – Douglas Christofari Viero

Possui graduação em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Paraná (2012), pós-graduação em Gerenciamento e Execução de Obras pelo Instituto IDD (2016) e pós-graduação em Gestão Pública pela Faculdade Unina (2020). Possui experiência na área de planejamento urbano e gestão pública, tendo participado da coordenação da revisão do Plano Diretor Municipal de Colombo/PR, por parte da Prefeitura Municipal de Colombo/PR (2014-2020).

Advogado – Claudio Marcelo Rodrigues Iarema

Possui graduação em Direito pela Universidade Tuiuti do Paraná (2004), Especialização em Processo Civil pelo Instituto Romeu Felipe Bacelar (2008). Atua na área de direito público, administrativo e tributário.

Arquiteto Urbanista – Juliano Geraldi

Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (2003), especialização em Gestão Técnica do Meio Urbano pela PUCPR (2004) e em Desenvolvimento Regional pela UFPR (2006), mestrado em Geografia pela UFPR (2011) e Doutor em Democracia no Século XXI pela Universidade de Coimbra (2019). Atualmente é professor assistente da PUCPR. Tem experiência em planejamento urbano e regional, urbanismo, gestão urbana, políticas habitacionais e de regularização fundiária, desenvolvimento territorial, planejamento governamental e participação social.

Arquiteto e Urbanista – Clovis Ultramari

Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Paraná (1983), e Especialização em Administração Metropolitana (Fundação Getúlio Vargas, RJ), Planejamento Urbano para países em desenvolvimento (Nottingham University), e em Desenvolvimento Sustentável (University College London). Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná (2001). Trabalhou como funcionário junto à Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, ao Instituto de Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) e Secretaria do Desenvolvimento Urbano do Paraná (SEDU). Trabalha como consultor em trabalhos diversos de planejamento municipal estratégico, de uso do solo e de desenvolvimento no Brasil e no exterior. É professor titular junto aos programas de pós graduação em Gestão Urbana (PUCPR) e em Meio Ambiente e Desenvolvimento (UFPR). Seus temas específicos são: planejamento urbano, planejamento metropolitano, planos diretores, políticas setoriais. Possui comprovada experiência na coordenação e como membro de equipes interdisciplinares na realização de planos urbanos e regionais diversos.

Arquiteta e Urbanista – Joana Borges Doyle Lontra

Arquiteta e Urbanista formada pela Universidade Federal de Brasília (2007). Tem experiência na elaboração de legislação urbanística, na execução e coordenação de projetos de planejamento urbano e regional, avaliações ambientais, coordenação e participação em equipes para revisão de planos diretores municipais e estudos de implantação urbanística.

Engenheiro Ambiental – Helder Rafael Nocko

Possui graduação em Engenharia Ambiental pela Universidade Federal do Paraná (2004) e Mestrado em Métodos Numéricos em Engenharia pela mesma Universidade (2011). Foi pesquisador assistente no Instituto Tecnológico SIMEPAR e no Laboratório de Estudos em Monitoramento e Modelagem Ambiental (UFPR), onde desenvolveu atividades pela FUNPAR - Fundação da UFPR, em projetos com a PETROBRAS, Furnas, Itaipu e Simepar, entre outros. Desenvolve atividades de Engenharia desde 2004, com atuação na coordenação e execução de estudos e projetos de engenharia de infraestrutura, planejamento urbano e ambiental. Desde 2006 é sócio e Diretor de Engenharia da EnvEx Engenharia e Consultoria, que atua em licenciamentos ambientais de empreendimentos (EIA/RIMA/RAP/etc), monitoramento, modelagem matemática, geoprocessamento avançado e projetos e planejamento na área de infraestrutura de energia, saneamento e sistemas de transportes. Coordena trabalhos em projetos e estudos avançados em recursos hídricos, poluição ambiental, estudos de impactos ambientais, planos diretores, planos de saneamento ambiental (resíduos, água, esgoto e drenagem), planos de recursos hídricos, planos de mobilidade urbana e estudos de polo gerador de tráfego, monitoramento ambiental e principalmente modelagem matemática ambiental. Desde 2014 é professor do Curso de Especialização em Análise Ambiental da UFPR.

Engenheiro Ambiental e Sanitarista – Bruno Gomes Camargo

Possui graduação em Engenharia Ambiental e Sanitária pela FAE Centro Universitário (2014), e Especialização em Obras Hidráulicas com Ênfase em Projeto e Gestão, pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (2017). Atua há mais de 10 anos na área de meio ambiente e saneamento, projetos e modelagens hidráulicas e gestão de projetos de saneamento (Planos Municipais de Saneamento Básico, Planos Diretores de Drenagem Urbana, Planos Integrados de Gestão de Resíduos Sólidos, entre outros).

Geógrafo – Paulo Henrique Costa

Possui graduação em Geografia (Bacharelado e Licenciatura) pela Universidade Federal do Paraná (2015) e Especialização em Planejamento e Desenho de Cidades pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (2018). Atua na área de planejamento ambiental e geoprocessamento em estudos de impacto ambiental, projetos ambientais de

empreendimentos de infraestrutura, planos municipais de saneamento básico (resíduos sólidos, água, esgoto e drenagem), de arborização urbana e planos de recursos hídricos.

Jornalista – Paulo Victor Grein

Possui Graduação em Comunicação Social – Jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (1995) e pós-graduação em Serviço Social e Gestão de Projetos Sociais pela Faculdade de Venda Nova do Imigrante (2020). Atua em Planos Diretores e Planos de Mobilidade, desenvolvendo e executando estratégias de divulgação e engajamento social.

Luara Andrade Godoi

Possui curso de Assistência Administrativa e Atendimento ao Público (2018). Atualmente está cursando Psicologia pela UniOPET. Tem experiência em teleatendimento, arquivologia, secretariado, auxiliar em licitações e assistência administrativa.

Viviane Cristina Cardoso

Possui graduação em Administração de Empresas/Marketing pela Universidade Tuiuti do Paraná (2003) e pós-graduação em Controladoria e Finanças pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (2007). Tem experiência em gestão empresarial e tributária, planejamento estratégico, gestão pública, orçamentação, recursos humanos.

João Marcos Leiria

Possui graduação em Engenharia Civil pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (2004). Atua na área de Tecnologia da Informação, sendo responsável pela TI do Consórcio, e em soluções tecnológicas para sistemas de transporte e cidades inteligentes.

3.4.3 REPRESENTANTE LOCAL

Além da equipe técnica acima qualificada, e conforme preconiza o TDR, o Consórcio terá Rita de Cassia Xavier dos Santos como representante local, que terá como atribuições:

- Representar a empresa contratada junto à coordenação e membros da ETIM.
- Solicitar e receber os dados e informações necessários ao processo de revisão do PDMJP, dando conhecimento à coordenação da ETIM e da empresa contratada.

- Auxiliar na produção/sistematização dos dados e informações, não disponíveis, de responsabilidade do município.
- Dar suporte, de modo geral, à realização das atividades e dos eventos previstos neste TDR.

Abaixo segue breve qualificação técnica da representante local do Consórcio:

Representante Local: Filósofa e Tecnóloga em Telecomunicações – Rita de Cassia Xavier dos Santos

Possui formação Tecnóloga em Telecomunicações pelo CEFET-RJ (1998) e graduação em Filosofia pela Universidade Federal da Paraíba (2014). Concluiu cursos técnicos em *ArcGis* (2005) e *Autocad* (2000). Possui atuação na área de projetos em telecomunicações, consultoria a municípios na área de gestão pública e captação de recursos, gestão financeira e administrativa empresarial e como corretora de imóveis em João Pessoa/PB.

4 ESTRUTURAÇÃO DA REVISÃO DO PDMJP DE JOÃO PESSOA

A revisão do PDMJP está estruturada em cinco fases distintas de trabalho, conforme as recomendações do TDR.

Entende-se que a distinção entre fases visa a melhor organização, eficiência do desenvolvimento das atividades, de modo a apropriar-se do prosseguimento subsequente da etapa anterior.

Deste modo, a revisão deste PDMJP será composta das seguintes fases:

- **FASE I** – Pactuação da Metodologia e Mobilização
- **FASE II** – Análise Temática Integrada
- **FASE III** – Diretrizes e Propostas
- **FASE IV** – Plano de Ação e Investimento (PAI) e Institucionalização do PDMJP
- **FASE V** – Sumário Executivo e Capacitação

Segue abaixo, na Figura 4, esquema básico da revisão do PDMJP, com suas fases e atividades principais:

Figura 4: Fases do processo de revisão do PDMJP



Fonte: Consórcio (2021).

Destaca-se que devido ao grave cenário da pandemia de COVID-19, com características específicas a cada período, todos os eventos participativos descritos neste relatório e que farão parte do processo de revisão do PDMJP poderão sofrer ajustes de data e de formato, podendo ocorrer virtualmente ou de forma híbrida, sempre atendendo às

determinações dos órgãos responsáveis pela saúde pública e garantindo meios apropriados para a participação dos agentes envolvidos.

Na sequência apresentam-se a descrição, as atividades previstas, os eventos e os produtos resultantes de cada fase. O cronograma dessas atividades, eventos e produtos será apresentado em capítulo específico.

4.1 FASE I – PACTUAÇÃO DA METODOLOGIA E MOBILIZAÇÃO

Nesta fase ocorrerá o planejamento de todo o trabalho de revisão do PDMJP e a ambientação da equipe do Consórcio com a equipe técnica municipal e com o território, conforme atividades descritas no TDR.

Será feita também a pactuação da metodologia proposta, do cronograma físico de atividades, eventos e produtos, formatos de entrega dos resultados e demais acordos entre o Consórcio e a contratante, visando sempre o melhor resultado técnico ao final deste processo.

Além das definições de conteúdo, esta etapa tem como atribuição a definição clara dos atores envolvidos durante todo o processo de revisão do PDMJP e a mobilização da sociedade civil para posterior discussão conjunta sobre o planejamento desse município.

Ocorrerá nesta fase a 1ª Audiência Pública, para convocação da população, associações representativas dos vários seguimentos da comunidade e poder legislativo para participação do processo de revisão do Plano Diretor do Município de João Pessoa.

4.1.1 ATIVIDADES

- Constituição ou consolidação dos grupos de acompanhamento e agentes envolvidos, conforme melhor descrito no Capítulo 3 deste relatório.
- Elaboração do cronograma físico de trabalhos, que será apresentado em capítulo específico.
- Proposição de métodos para os trabalhos, apresentado no Capítulo 5 deste Relatório.
- Operacionalização da página de internet e elaboração do Plano de Comunicação e Mobilização do PDMJP, conforme detalhado no Capítulo 7 deste Relatório.

- Apresentação do representante local, conforme indicado no Capítulo 3 deste Relatório.

4.1.2 EVENTOS

- Reunião Técnica Temática para apresentação da logomarca, realizada no dia 20 de abril de 2021 entre a equipe do Consórcio e a equipe municipal.
- Reunião Técnica de Apresentação do Consórcio – João Pessoa Sustentável – PDMJP, realizada no Gabinete do Prefeito da PMJP, no dia 26 de abril de 2021 envolvendo a equipe municipal e a equipe do Consórcio.
- Reunião Técnica de Assinatura do Contrato, realizada na sede da PMJP no dia 27 de abril de 2021, entre o Núcleo de Estudos e Análise Urbana (NEAU), a Unidade Executora de Projeto (UEP) e a equipe do Consórcio, para leitura analítica e apontamentos no TDR, reiterar os procedimentos administrativos estabelecidos no contrato, responsabilidades e atribuições de todos os participantes e solicitação de dados e informações necessários ao desenvolvimento dos trabalhos.
- Reunião Técnica Temática para apresentar a proposta de Plano de Comunicação elaborado pelo Consórcio, realizado no dia 27 de abril de 2021 entre a equipe do Consórcio, a UEP e a Equipe Técnica Municipal.
- Reunião Técnica Temática para coleta de dados com o setor de Geoprocessamento municipal, realizada no dia 27 de abril de 2021 entre a equipe do Consórcio e a Equipe Técnica Municipal.
- 1ª Reunião Técnica Preparatória da 1ª Audiência Pública, realizada no dia 27 de abril de 2021 entre a equipe do Consórcio e da PMJP, para planejamento e operacionalização da divulgação, definição de local e estruturas ou equipamentos necessários e para apresentar as atribuições dos envolvidos.
- Reunião Técnica Temática para coleta de dados com o setor de Geoprocessamento municipal, realizada no dia 28 de abril de 2021 entre a equipe do Consórcio e a Equipe Técnica Municipal.
- Reunião Técnica Temática com a Superintendência Municipal de Mobilidade Urbana (SEMOB) para apresentação do Plano de Mobilidade e coleta de

dados, realizada no dia 28 de abril de 2021 entre a equipe do Consórcio e a equipe municipal.

- Reunião Técnica de Encerramento da Primeira Viagem, realizada no dia 29 de abril de 2021 entre a equipe do Consórcio e a equipe municipal, para pactuar e detalhar pontos discutidos nas reuniões anteriores.
- Reunião Técnica para considerações quanto a logomarca, realizada virtualmente no dia 10 de maio de 2021 entre a equipe técnica do Consórcio e a Equipe Técnica Municipal, para apresentação de considerações e definição final quanto a logomarca a ser adotada para a revisão do PDMJP.
- Reunião Técnica de Capacitação, realizada no dia 21 de maio de 2021, entre a equipe técnica do Consórcio e a Equipe Técnica Municipal, para apresentação do Relatório P1.
- Reunião de Coordenação, realizada no dia 21 de maio de 2021, para organizar a 1ª Audiência.
- 1ª Audiência Pública de Apresentação (“Convocação da população, associações representativas dos vários seguimentos da comunidade e poder legislativo para participação do processo de revisão do Plano Diretor do Município de João Pessoa”), prevista para o dia 30 de junho de 2021, para informar a população sobre o início dos trabalhos, os motivos, a importância, apresentar o cronograma e a metodologia prevista.
- Reunião de Coordenação para avaliar a conclusão dos trabalhos da Fase I e realizar ajustes nos procedimentos adotados na Fase II, caso necessário.
- Reuniões extraordinárias, conforme demanda e de comum acordo entre a PMJP e o Consórcio.

A metodologia proposta aos eventos participativos será melhor detalhada no Capítulo 5.

4.1.3 PRODUTOS

- Relatório P1 – Metodologia e Mobilização
- Relatório R1 – Registro de Eventos Participativos da Fase I.

Cabe destacar que a entrega do relatório P1 ocorrerá em duas etapas: relatório preliminar (P1) e revisado (P1b), conforme descrito no cronograma.

4.2 FASE II – ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA

A Fase II consistirá no levantamento de dados e informações necessárias à elaboração do diagnóstico técnico e comunitário.

Os resultados das análises técnica e comunitária darão fundamentos para a construção de um texto base (Análise Temática Integrada) que será apresentado e discutido com a Coordenação da ETIM, ETIM, CDU, secretarias municipais, órgãos e entidades públicas ou privadas, para então serem apresentados na 2ª Audiência Pública.

4.2.1 ATIVIDADES

- I. *Coleta de dados e informações*
- II. *Mapeamentos*
- III. *Análise técnica*

O Diagnóstico Técnico será construído a partir das análises técnicas de dados e informações acerca das temáticas apontadas pelo TDR. Neste momento faz-se necessário reforçar a diferenciação entre dados primários e secundários:

- Dados primários são aqueles coletados in loco, provenientes de pesquisas específicas para um determinado propósito.
- Dados secundários são aqueles originados de ampla pesquisa de dados já existentes e disponíveis.

Devida a complexidade e grande abrangência territorial, além das características próprias dos planos diretores municipais, esta revisão do PDMJP deverá utilizar, principalmente, dados e informações previamente produzidos (dados secundários), dos quais destacam-se:

- Dados e informações relativas ao planejamento deste município produzidos pela Prefeitura Municipal de João Pessoa e municípios limítrofes.

- Planos setoriais municipais vigentes.
- Planos estaduais e federais vigentes.
- Insumos de órgãos estaduais e federais.
- Estudos advindos de instituições acadêmicas.
- Legislações pertinentes.
- Quaisquer outras fontes oficiais de dados e informações.

Reforça-se que, para aqueles dados e informações mencionados pelo TDR que ultrapassam a escala de planejamento municipal e atingem o detalhamento requisitado em planos setoriais ou de natureza específica, a revisão do PDMJP deverá assumi-los como dados secundários advindos das origens cabíveis, podendo também fazer levantamentos e visitas em campo, para os dados compatíveis com a escala de planejamento municipal.

A análise e o Diagnóstico Técnico abordarão minimamente as nove temáticas indicadas no TDR, conforme descrito a seguir:

a. Inserção e características regionais

Serão analisadas, identificadas e mapeadas as relações de João Pessoa com os Municípios vizinhos, com a Região Metropolitana e com o Estado. Essa análise contemplará minimamente os seguintes aspectos:

- Gestão metropolitana.
- Condicionantes ambientais.
- Característica da população.
- Participação na economia regional.
- Papel do município na rede urbana brasileira.
- Vetores de crescimento: relação de moradia e trabalho, tendências de conurbação entre João Pessoa e os municípios vizinhos, dinâmicas de parcelamento e o controle do uso do solo e compatibilidade dos usos lindeiros.
- Caracterização da infraestrutura e os serviços comuns de transporte e mobilidade, habitação e uso dos equipamentos públicos.
- Saneamento metropolitano, enfocando especialmente:

- integração das redes de água, esgoto e macrodrenagem.
- proteção de mananciais para abastecimento de água.
- criação e manutenção de unidades de conservação.
- processo de licenciamento e monitoramento ambiental.
- coleta, tratamento e destinação final conjunta de resíduos sólidos.

b. Planejamento e Gestão Territorial

Neste tema será avaliada a capacidade da administração municipal para desempenhar as funções pertinentes às áreas de planejamento e gestão urbana e territorial, considerando no mínimo os seguintes aspectos:

- Consolidação dos objetivos, diretrizes e proposições do PDM vigente.
- Relação entre as propostas do PDM vigente e o orçamento municipal.
- Estrutura organizacional, atribuições das unidades administrativas competentes e efetividade do planejamento urbano municipal.
- Sistema de planejamento e gestão do PDM vigente.
- Desempenho do Conselho de Desenvolvimento Urbano.
- Monitoramento de indicadores urbanos.
- Sistema de informações e geoprocessamento.
- Avaliação das atividades de licenciamento e fiscalização do parcelamento do solo para fins urbanos, edificações e obras, e localização e funcionamento das atividades econômicas, e ainda do cumprimento de demais posturas municipais.
- Análise e aplicação da legislação urbanística vigente, avaliando sua pertinência, coerência e aplicabilidade, analisando os conteúdos, identificando conflitos e levantando carências de normas.
- Análise dos instrumentos do Estatuto da Cidade vigentes no município, em especial da Outorga Onerosa do Direito de Construir e Transferência de Potencial Construtivo, com estudo da utilização do banco de terras e dos resultados efetivos em termos de densidade projetada/almejada e realizada.

c. *Caracterização e análise socioeconômica*

Aqui serão analisados o perfil produtivo e a dinâmica econômica do município, considerando também as atividades predominantes, os indicadores de trabalho e renda, os aspectos demográficos na área urbana e rural, e:

- Avaliação dos dados referentes à população (total, urbana, rural), no mínimo dos últimos dez anos, taxa de crescimento, evolução, pirâmide etária, distribuição da população por faixa etária no território, migração, população em situação de rua, famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, condições de saúde e educação/escolaridade.
- Estudo da dinâmica demográfica: número de habitantes do município, projeção populacional para os 10, 20 e 30 anos, com base nos censos demográficos do IBGE e em outros estudos demográficos. Procurar compatibilizar projeções de outros planos setoriais do município
- Análise da densidade demográfica, densidade urbana e densidade residencial (líquida e bruta).
- Avaliação dos dados sociais: saúde, educação, assistência social, moradia e outros.
- Análise do desenvolvimento humano: IDHM, Índice Firjan, Índice de Gini e outros.
- Avaliação dos indicadores de segurança pública e justiça (mortes por homicídios, roubos à mão armada, entre outros).
- Discussão sobre a geração de valor: emprego e renda, perfil produtivo, potencial produtivo (agropecuária, comércio, serviços, indústrias e turismo), população economicamente ativa, empreendedorismo.
- Caracterização do potencial turístico do município.
- Caracterização do potencial dos setores primários, secundários e terciários do município.
- Análise do potencial logístico do município, incluindo aeroporto, ferrovias e rodovias, entre outros.
- Identificação dos principais polos e empresas empregadoras no município.

d. *Caracterização e análise ambiental*

Serão caracterizados, mapeados e analisados os aspectos ambientais do município, incluindo os geológicos, geomorfológicos, geotécnicos, climáticos, pedológicos, hidrográficos/hidrológicos, flora e fauna. Serão levantados o patrimônio natural, as áreas verdes relevantes e as áreas protegidas pela legislação.

Serão analisados ainda os aspectos de:

- Declividades, hipsometria e vertentes.
- Terrenos cujas condições geológicas e geotécnicas contraindiquem o uso, ocupação e parcelamento do solo e a edificação.
- Cursos de água naturais efêmeros, temporários e perenes e suas respectivas planícies de inundação. Surgências naturais e artificiais de água, em superfície, a partir do lençol freático (sendo estas, pontuais ou difusas e intermitentes ou perenes).
- Remanescentes de vegetação nativa, áreas com vegetação de porte ou locais notáveis pela paisagem.
- Áreas protegidas por lei (municipal, estadual ou federal), em especial, a identificação, compatibilização e categorização das áreas ambientais correspondentes aos conceitos e categorias estabelecidos na Lei 9.985 de 18 de julho de 2000 – Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).
- Pontos ou locais estratégicos de poluição ou perigo: pontos de lançamento de esgoto não tratado, depósito de lixo, pedreiras, indústrias poluentes, depósitos explosivos ou inflamáveis, aterro sanitário e estações de tratamento do esgoto.
- Áreas aptas, aptas com restrição e inaptas ao uso e ocupação antrópicos, com ênfase nas áreas urbanas consolidadas e áreas de expansão urbana (sejam internas ou externas aos perímetros urbanos), visando à identificação das restrições ambientais, associadas às infraestruturas, equipamentos e serviços públicos. Elaboração de Cartas geotécnicas de aptidão para urbanização, exigidas pela Lei Nº 12.608, de 10 de abril de 2012.
- Conflitos existentes entre os usos e ocupações potenciais e reais do solo e os problemas ambientais relacionados.

- Análise do licenciamento ambiental no contexto do plano diretor.
- Correlacionar com o Plano Diretor vigente, o Código Ambiental, Plano Municipal de Gestão de Resíduos, Plano Municipal de Saneamento Básico e Plano de Baixo Carbono.

e. *Caracterização e análise do uso e ocupação do solo atual*

Neste item serão analisados o histórico da ocupação do Município e a produção do espaço urbano e rural.

Serão também mapeados e analisados o uso e ocupação do solo atual, com ênfase nas áreas urbanas e nas áreas urbanizadas da zona rural, através dos dados disponíveis em cadastro municipal, imagens, fotos ou visitas de campo. Serão analisados ainda o desenho e a paisagem urbana (verticalização, condomínios e loteamentos fechados, industriais, etc.).

Esta análise contemplará no mínimo:

- Modelagem/simulação do crescimento urbano sobre o território, considerando a demanda por solo urbano atual e para os próximos anos (10, 20 e 30 anos), identificando entraves territoriais e tendências existentes.
- Tipologia de uso e ocupação do solo nas áreas urbanas e rural.
- Formas de ocupação do solo nas áreas urbanas e de expansão urbana, considerando também sua adequação à legislação pertinente e à capacidade de suporte ambiental e das estruturas municipais.
- Implantação das edificações nos terrenos: intensidade de utilização dos lotes; proporção entre espaços construídos e abertos; recuos, afastamentos e gabaritos.
- Tipologia de construção predominante na cidade, estendendo-se às áreas urbanizadas no meio rural.
- Ocupação em áreas de riscos ambientais iminentes e áreas de servidão (passagem de energia elétrica, rede de esgoto, etc.).
- Problemática de verticalização do solo (suporte da infraestrutura urbana e a questão ambiental).

- Distribuição espacial da população: analisar em relação a renda, tipologia habitacional, vazios urbanos, uso do solo, características históricas, infraestruturas, entre outros.
- Perímetro urbano legal – com rebatimento no perímetro urbano atual.
- Tendências de expansão urbana com especial atenção aos vazios urbanos existentes, bem como a relação entre eles (mobilidade, ocupação do solo e a dinâmica da cidade).
- Identificação de áreas que se diferenciam em relação à densidade construtiva e à densidade demográfica, associando à capacidade de suporte da infraestrutura urbana (áreas com infraestrutura ociosa e áreas ocupadas com precariedade de infraestrutura).
- Identificação de locais estratégicos para a implantação de espaços/equipamentos esportivos e de lazer.
- Caracterização, mapeamento e análise do patrimônio histórico e cultural, tombado, em processo de tombamento e com interesse de tombamento, identificar outros bens de interesse de preservação, caracterizar a atual política de preservação do patrimônio municipal, identificar potenciais instrumentos urbanísticos para a preservação do patrimônio, levantar a legislação vigente (Leis, Decretos, Portarias).

f. Questão fundiária e moradia

A partir da análise das condições socioeconômicas da população urbana, serão avaliadas a regularidade fundiária e suas condições de moradia, para propor soluções que garantam os direitos à terra urbana, à moradia, à infraestrutura urbana, aos serviços públicos e ao saneamento ambiental.

Serão caracterizadas, mapeadas e analisadas as condições gerais fundiárias e de moradia, considerando, no mínimo os seguintes aspectos:

- Parcelamento do solo urbano.
- Condomínios horizontais e loteamentos fechados existentes e em tramitação, na área urbana e rural.

- Problemática de destinação de terrenos para uso público em loteamentos (avaliação da capacidade do terreno em receber edificações: como por exemplo, dimensões insuficientes, declividade excessiva, dificuldade de acesso, entre outros).
- Glebas, vazios urbanos e lotes vazios.
- Planta genérica de valores do município.
- Comunidades e assentamentos rurais.
- Questão habitacional, especialmente o déficit habitacional.
- Zonas especiais de interesse social.
- Programas e projetos habitacionais.
- Ocupações irregulares e/ou clandestinas, avaliando seu impacto ambiental, social e urbanístico.
- Loteamentos aprovados e não implementados.
- Loteamentos aprovados e não registrados.
- Compatibilização com o Plano de Habitação de Interesse Social.

g. *Mobilidade (urbana, rural e regional)*

Serão identificadas, caracterizadas, mapeadas e analisadas as condições gerais da mobilidade atual e sua evolução, contemplado no mínimo os seguintes aspectos:

- Sistema viário existente, incluindo a localização de vias pavimentadas (com o tipo de pavimento) e não pavimentadas.
- Áreas atendidas e não atendidas pelo transporte público (deficiência no transporte coletivo metropolitano, rural e urbano).
- Deslocamento motorizado de cargas e serviços.
- Avaliação da infraestrutura viária (condições de pavimentação), equipamentos, acessos, principais estacionamentos, terminais.
- Avaliação da capacidade do transporte coletivo em relação à demanda (necessidade de deslocamento da população), circulação de pessoas inclusive transporte coletivo de empregados de empresas e transporte coletivo urbano, municipal e intermunicipal e também locais de grande densidade

populacional (escolas, universidades, empresas, conjuntos habitacionais, entre outros).

- Pontos críticos de acidentes de trânsito, frequência e grau de periculosidade.
- Hierarquia do sistema viário em relação ao uso e ocupação do solo e dos principais polos geradores de tráfego.
- Locais de gargalos e congestionamentos de circulação.
- Deficiência e irregularidade de estacionamentos.
- Adensamento demográfico incompatível com o viário.
- Polos geradores de tráfego fixos e itinerantes ou eventuais (escolas, supermercados, centros comerciais, shoppings centers, feiras etc.) em locais que comprometem a segurança e o desempenho do sistema viário.
- Condições de acessibilidade universal.
- Condições do deslocamento de pedestres - calçadas e travessias.
- Ciclovias e ciclofaixas existentes. Condições de segurança para trânsito de ciclistas.
- Acessibilidade ao centro urbano, centros de bairro e equipamentos públicos de grande porte, espaços de cultura, esporte e lazer.
- Capacidade de infraestruturas e transportes aeroviários e ferroviário (cargas e pessoas).
- Compatibilização com o Plano Municipal de Mobilidade Urbana.

h. Infraestrutura, serviços públicos e equipamentos urbanos e rurais

Neste item serão caracterizadas, mapeadas e analisadas a capacidade de atendimento, a abrangência e a distribuição espacial dos equipamentos urbanos e serviços públicos.

Será avaliada ainda a tendência de aumento da demanda, com base em setores censitários, alvarás, parcelamentos, localização de atividades produtivas e tendências de ocupação. Toda esta análise indicará a situação atual para este tema e a evolução para 10, 20 e 30 anos em mapas e relatórios.

A análise dessa temática contemplará no mínimo:

- Equipamentos comunitários e sociais: praças e parques, equipamentos de saúde e educação (unidades básicas de saúde, hospitais, estabelecimentos de ensino segundo o respectivo nível), arte, cultura, lazer, salões comunitários, recreação, esporte (Centros Esportivos e equipamentos alternativos – parques infantis, academias ao ar livre, campos de futebol, entre outros), segurança pública e equipamentos da política de assistência social, proteção básica (CRAS e Centros de Convivência) e especial (Unidades de Acolhimento, CREAS, Centro Pop, Centro Dia, Casa de Passagem Indígena e População em Situação de Rua), bem como Restaurante Popular, Banco de Alimentos, Escola Profissionalizante, Condomínios de Idosos, Conselhos Tutelares, Comunidades Terapêuticas, Centro de Recuperação de Dependentes Químicos, entre outros.
- Abastecimento de água: serão analisados e mapeados os pontos de captação, elevatórias, estações de tratamento, adutoras, rede de abastecimento, reservatórios e áreas com deficiência de abastecimento. Os dados analisados serão relacionados com a densidade habitacional, projeções e tendências de crescimento urbano, entre outros dados pertinentes. Os mapeamentos, relatórios e a análise serão feitos de forma cruzada e compatíveis com Plano de Saneamento Ambiental.
- Esgotamento sanitário: serão analisadas e mapeadas as estações de tratamento de esgoto, pontos de lançamento, mapear áreas providas de rede de esgotamento sanitário; áreas com rede de esgoto em implantação e áreas com rede de esgoto não existente e ou projetada; áreas com fossas negras e sépticas e rede de esgoto não interligada (rede seca). Os dados analisados serão relacionados com a densidade habitacional, projeções e tendências de crescimento urbano, ocupações irregulares. Os mapeamentos, relatórios e a análise serão feitos de forma cruzada e compatíveis com Plano de Saneamento Ambiental.
- Drenagem urbana: serão analisadas e mapeadas galerias de água pluvial e poços de inspeção, estações de bombeamento e demais equipamentos, áreas desprovidas de rede de drenagem, pontos críticos de alagamento, situação das guias e sarjetas e outros. Será feita ainda a análise da macro e micro

drenagem urbana. Os dados analisados serão relacionados com a densidade habitacional, projeções e tendências de crescimento urbano, pontos de alagamento da defesa civil entre outros.

- Resíduos sólidos: serão analisados e mapeados os locais de disposição final dos resíduos sólidos (permitidos e clandestinos), entre outros problemas correlatos. Os mapeamentos, relatórios e a análise serão feitos de forma cruzada e compatíveis com Plano Municipal de Gestão de Resíduos.
- Energia elétrica e iluminação pública: serão analisados e mapeados os locais servidos por iluminação pública, locais com serviço deficiente, relação com a indústria, ocupações irregulares de áreas de serviço, entre outros problemas mais frequentes.

i. Finanças públicas e capacidade de investimento do município

Aqui serão avaliadas a situação atual das finanças públicas do município e sua capacidade de investimentos, atual e futura. O produto desta análise subsidiará a elaboração do Plano de Ações e Investimentos – PAI e a avaliação da viabilidade das diretrizes e propostas do PDMJP.

IV. Análise comunitária

A análise comunitária ocupa uma função essencial na compreensão da realidade de João Pessoa. Ela visa a construção da imagem da cidade por meio da contribuição da sociedade, com indicação dos elementos da vivência, das potencialidades, problemas e conflitos locais.

Além disso, a análise comunitária é uma ferramenta para garantir a participação democrática e atuação da sociedade civil nas discussões referentes ao processo de Revisão do PDMJP, conforme preconiza o Estatuto da Cidade.

Esta análise será feita, principalmente, por meio de consultas públicas e escutas nas Reuniões Comunitárias. O detalhamento destas reuniões e sua metodologia estão indicadas no item 5.2.2 deste Relatório.

Esta análise resultará no Diagnóstico Comunitário, que tem por objetivo:

- Obter uma leitura da cidade e do município através da visão daqueles que nela vivem e atuam.
- Comprometer o cidadão com os destinos de sua cidade.
- Envolver as diversas instâncias de poder no diálogo com a comunidade, conferindo legitimidade às manifestações do cidadão.
- Capacitar a população para os temas de planejamento do PDMJP.
- Contribuir para a capacitação da equipe da prefeitura no processo permanente de planejamento participativo.
- Incorporar ao processo de Revisão do PDMJP outros saberes além do técnico.

V. *Análise temática integrada*

Por meio do cruzamento dos estudos resultantes das atividades anteriores (análise técnica e análise comunitária), o Consórcio iniciará a análise integrada e elaboração dos mapas sínteses, que serão compatíveis com as políticas e planos setoriais.

Esta análise integrada ampliará o conhecimento acerca da realidade territorial, ambiental, social e econômico do município, permitindo a construção do Diagnóstico Técnico e Comunitário.

As análises temáticas integradas realizadas deverão contemplar no mínimo:

a. *Capacidade de atendimento e distribuição das infraestruturas, equipamentos e serviços públicos*

Serão analisadas as informações e mapeamento dos equipamentos públicos, do abastecimento de água, do destino de esgoto e do destino do lixo, entre outros no que se refere:

- Densidade demográfica em relação à infraestrutura urbana e equipamentos públicos existentes, e suas tendências de expansão.
- Adequação da capacidade de suporte, atendimento e distribuição espacial, atual e futura, das infraestruturas, equipamentos e serviços públicos.

- b. *Uso e ocupação do solo e expansão urbana versus as capacidades de suporte ambiental e de infraestruturas, equipamentos e serviços públicos e a mobilidade urbana*

Será avaliada a adequação de uso e ocupação atual do território municipal assim como a pertinência da legislação vigente (Lei de Perímetro Urbano e de Expansão da Área Urbana, Lei de Parcelamento, Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Lei do Sistema Viário e outras leis pertinentes), em relação às capacidades de suporte ambiental e de infraestruturas das áreas do território municipal.

Também será analisada a adequação de áreas não urbanizadas para expansão urbana, sejam internas ou externas aos perímetros urbanos, considerando as respectivas capacidades de suporte ambiental e a viabilidade de investimentos para ampliação das infraestruturas, equipamentos e serviços públicos, frente às dinâmicas, atuais e futuras, demográfica, imobiliária e das principais ou potenciais atividades produtivas do município.

- c. *Condições gerais de moradia e questões fundiárias*

Neste item serão analisadas e indicadas as tendências, categorização, definição de áreas prioritárias de intervenção, relação com a legislação e procedimentos de regularização vigentes, entre outros, dos principais pontos de ocupações irregulares de João Pessoa.

Também serão avaliadas a relação entre o déficit habitacional, as políticas habitacionais, a construção do cadastro, a gestão municipal e metropolitana, as tendências futuras e os programas e projetos habitacionais.

- d. *Dinâmica urbana e modo de produção do espaço urbano*

Aqui serão avaliadas as relações e tensões entre:

- João Pessoa e os Municípios vizinhos: serão identificados, mapeados, relacionados e analisados o uso e ocupação do solo e moradia, infraestrutura e equipamentos públicos, economia regional, mobilidade e transporte, saneamento ambiental (drenagem urbana, água, esgoto e resíduos sólidos) e mananciais de abastecimento público, meio ambiente e unidades de conservação.
- Área rural e área urbana: serão identificados, mapeados, relacionados e analisados os pontos de complementaridade e de conflito e em que medida

há constrangimento e inviabilização de atividades rurais por urbanas e vice-versa. Nesta análise destacam-se:

- compatibilidade entre a política de desenvolvimento urbano e rural.
 - compatibilidade, consonância e integração entre as áreas urbana e rural.
 - descontinuidades no sistema viário, comprometimento da qualidade ambiental, vazios urbanos e subutilização da infraestrutura existente.
 - o uso e ocupação rural do solo dentro do perímetro urbano.
 - o uso e ocupação urbano do solo na área rural.
 - função social da propriedade urbana e rural.
 - condições de acesso à infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos para a população em todos os espaços da cidade (urbano e rural).
- Centro e Subcentros/Áreas segmentadas: serão identificados, mapeados, relacionados e analisados porções do território com características específicas em virtude de questões ambientais, econômicas, sociais e de uso do solo.
 - Distribuição Populacional e Renda: serão identificados, mapeados, relacionados e analisados como se distribui a renda no território, como os serviços e bens públicos se relacionam com a renda no território, qual a colaboração do trabalho vindo das cidades circunvizinhas em relação à composição da riqueza ou produto interno bruto do município, o potencial de formação profissional em áreas de baixa renda, onde está o trabalho e onde estão os trabalhadores. Será dado destaque a identificação de territórios com concentração da população em situação de vulnerabilidade social, nível de ocupação da população por faixa etária, população em situação de rua.
 - Legislação x Ocupação efetiva: será estudada a relação entre legislação urbana e ambiental e as tendências de ocupação do território efetivas.

4.2.2 EVENTOS

- 2ª Reunião Técnica Preparatória para organizar e definir os procedimentos necessários para realização das Reuniões Comunitárias.
- 3ª Reunião Técnica Preparatória para planejamento e organização da 2ª Audiência Pública.
- Reunião de Coordenação para organizar as Reuniões Comunitárias.
- Reuniões Comunitárias nas 14 regionais de Participação Popular, onde serão discutidos os aspectos quali-quantitativos da cidade, para a construção do Diagnóstico Comunitário e considerando os conteúdos previstos na Análise Temática Integrada. Com aprovação da ETIM, regionais diferentes da Participação Popular poderão ser atendidas numa mesma reunião.
- Realização de cinco Reuniões Técnicas Temáticas, com as secretarias ou órgãos municipais, para discussão de deficiências e potencialidades do município, apresentar demandas, propostas e sugestões dos temas de suas áreas e para fornecimento de dados, informações e mapeamentos ao Consórcio.
- Reunião de Coordenação para avaliar os resultados das reuniões temáticas e dos demais trabalhos já realizados e propor ajustes, caso necessário.
- Reunião Técnica de Capacitação para apresentar os resultados do Relatório P2 – Diagnóstico Técnico.
- Reunião Técnica de Capacitação para apresentar os resultados do Relatório P3 – Diagnóstico Comunitário.
- Reunião Técnica de Capacitação para apresentar os resultados do Relatório P4 – Síntese do Diagnóstico Técnico e Comunitário.
- Reunião de Coordenação para organizar a 2ª Audiência.
- 2ª Audiência Pública de Síntese do Diagnóstico Técnico e Comunitário, para apresentar aos participantes os resultados da Fase de Análise Temática Integrada.
- Reunião de Coordenação para avaliar a conclusão dos trabalhos da Fase II e realizar ajustes nos procedimentos adotados na Fase III, caso necessário.

- Reuniões extraordinárias, conforme demanda e de comum acordo entre a PMJP e o Consórcio.

A metodologia proposta aos eventos participativos será melhor detalhada em capítulo específico.

4.2.3 PRODUTOS

- Relatório P2 – Diagnóstico Técnico
- Relatório P3 – Diagnóstico Comunitário
- Relatório P4 – Síntese Diagnóstico Técnico e Comunitário
- Relatório R2 – Registro de Eventos Participativos da Fase II.

Cabe destacar que as entregas dos relatórios P2, P3 e P4 ocorrerão em duas etapas: relatórios preliminares (P2, P3 ou P4) e revisados (P2b, P3b ou P4b), conforme descrito no cronograma.

4.3 FASE III – DIRETRIZES E PROPOSTAS

Esta fase consiste na definição dos eixos estratégicos prioritários que conduzirão o processo de revisão do PDMJP, por meio de diretrizes e proposições vinculadas ao território e à sua aplicação temporal (curto, médio e longo prazo).

As diretrizes e propostas serão baseadas nos estudos, eventos participativos e produtos elaborados na fase anterior e considerarão como temas e conceitos norteadores:

- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)
- Nova Agenda Urbana das Nações Unidas
- Modelo de crescimento urbano orientado pelo conceito de Desenvolvimento Orientado ao Transporte Sustentável (DOTs)
- Conceitos de Cidades Sustentáveis
- Conceito de *Smart Cities*
- Integração da natureza com o planejamento e desenvolvimento urbano
- Preparação e combate às mudanças climáticas

- Conceitos de sustentabilidade na construção civil
- Construção e ampliação de Parcerias Público Privadas
- Mobilidade universal e sustentável
- Agilidade e eficiência na gestão territorial.

4.3.1 ATIVIDADES

I. Diretrizes e propostas estratégicas

Nesta etapa serão indicadas as diretrizes e propostas estratégicas que garantirão o direito à cidade sustentável e as ações necessárias e fundamentais para o fortalecimento, reequilíbrio e dinamização da estrutura urbana, avaliando sempre a compatibilização das propostas com o Programa João Pessoa Sustentável.

A definição dessas diretrizes e propostas levará em consideração as características de João Pessoa no que diz respeito à inserção regional, questões institucionais, socioeconômicas, meio ambiente, uso e ocupação do solo, questão fundiária e moradia, mobilidade, infraestrutura, serviços e equipamentos públicos e capacidade de investimento do município.

II. Diretrizes para o (re) ordenamento territorial

O Consórcio avaliará a necessidade de revisões de macrozoneamento, perímetros, zoneamento, áreas de expansão e parâmetros de parcelamento, uso e ocupação do solo, hierarquia do sistema viário básico, localização de atividades produtivas de grande porte e distritos industriais.

Os temas relacionados às atividades econômicas, sistema viário e parcelamento do solo receberão especial atenção, atendendo o solicitado pelo TDR.

Esta análise poderá resultar em recomendações para a revisão do plano metropolitano de interesse do município.

III. Definição de instrumentos urbanísticos

Baseado nos produtos da Fase II e no Estatuto da Cidade, o Consórcio indicará os instrumentos urbanísticos com potencial de melhoria na dinâmica municipal. Serão delimitadas áreas potenciais para sua aplicação conforme a necessidade de adequação e pertinência às dinâmicas atuais.

A prioridade será a identificação de áreas críticas para a regularização fundiária bem como as novas oportunidades de desenvolvimento urbano que se configuram, visando a ampliação de benefícios para a comunidade.

Esta análise levará em conta os instrumentos urbanísticos atualmente em uso e resultará em base para a elaboração de minuta específica na Fase IV, de modo a permitir a aplicação efetiva dos instrumentos propostos.

IV. Planejamento e gestão municipal

Após a avaliação realizada na fase II, quanto à capacidade institucional da administração municipal no desempenho de suas funções pertinentes às áreas de planejamento e gestão urbana, serão formuladas diretrizes para adequação da estrutura organizacional.

As diretrizes apresentadas considerarão:

- Adequação da estrutura organizacional da Prefeitura Municipal, visando a implementação e atualização permanente do Plano Diretor.
- Organização de um sistema de informações para o planejamento e gestão municipal, de forma a se produzir dados necessários, com frequência definida, para construção dos indicadores propostos para o Plano Diretor. O sistema proposto será compatível com o sistema utilizado pelo setor de geoprocessamento e outras secretarias da prefeitura municipal.
- Criação de no mínimo cinco indicadores para o monitoramento e avaliação sistemática das propostas definidas.

4.3.2 EVENTOS

- Realizar quatro Reuniões Técnicas Temáticas para discussão de propostas com os técnicos das secretarias e órgãos municipais.
- 4ª Reunião Técnica Preparatória da Oficinas de Propostas.
- Realizar as Oficinas de Proposta.
- 5ª Reunião Técnica Preparatória da 3ª Audiência.
- Reunião de Coordenação para avaliar os produtos das Oficinas de Propostas e organizar a 3ª Audiência.

- Realizar a 3ª Audiência Pública de Diretrizes e Propostas para uma Cidade Sustentável, para submeter à apreciação dos participantes a definição de diretrizes de (re)ordenamento territorial, instrumentos urbanísticos e soluções específicas para garantir os direitos à cidade sustentável, considerando as leituras técnicas e comunitárias.
- Reunião de Coordenação para avaliar a conclusão dos trabalhos da Fase III e realizar ajustes nos procedimentos adotados na Fase IV, caso necessário.
- Reuniões extraordinárias, conforme demanda e de comum acordo entre a PMJP e o Consórcio.

4.3.3 PRODUTOS

- Relatório P5 – Diretrizes e Propostas
- Relatório R3 – Registro de Eventos Participativos da Fase II.

Cabe destacar que a entrega do relatório P5 ocorrerá em duas etapas: relatório preliminar (P5) e revisado (P5b), conforme descrito no cronograma.

4.4 FASE IV – PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTO E INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PDMJP

Finalizadas as fases de Análise Temática Integrada e de Diretrizes e Propostas (Fases II e III), o Consórcio ajustará as propostas e ações na forma de minuta de lei para encaminhamento à Câmara de Vereadores de João Pessoa, revisando o texto final e os anexos da legislação que compõem o plano diretor.

4.4.1 ATIVIDADES

I. Plano de Ação e Investimento (PAI)

Com base na fase de Análise Temática Integrada e na fase de Diretrizes e Propostas, nas decisões advindas das audiências públicas, no Plano Plurianual (PPA) e na análise da capacidade de investimentos do Município, o Consórcio elaborará o PAI, que deverá indicar as ações e investimentos necessários para a efetivação da revisão do PDMJP, priorizando-os.

Para cada ação ou investimento o PAI deverá indicar:

- Temática
- Ação
- Objetivo
- Localização
- Meta (prevista e realizada)
- Responsáveis
- Custo
- Prazo
- Indicador de resultado
- Fontes de recurso.

II. Estabelecimento de uma sistemática permanente e participativa de planejamento e gestão municipal

O Consórcio apresentará proposta de alteração da estrutura organizacional para o sistema de planejamento municipal, incluindo a organização de um núcleo de pesquisa e informações e de monitoramento e avaliação.

Esta proposta deverá considerar:

- Adequação da estrutura organizacional da Prefeitura Municipal, visando a implementação e atualização permanente do Plano Diretor.
- Organização de um sistema de informações para o planejamento e gestão municipal, de forma a se produzir dados necessários, com frequência definida, para construção dos indicadores propostos para o Plano Diretor. O sistema proposto será compatível com o sistema utilizado pelo setor de geoprocessamento e outras secretarias da prefeitura municipal.
- Indicação de no mínimo cinco indicadores para o monitoramento e avaliação sistemática das propostas definidas na revisão do PDMJP.

III. Institucionalização do PDMJP

O Consórcio, baseada nos estudos realizados nas etapas anteriores, formulará minutas de anteprojeto de revisão dos instrumentos jurídicos indicados abaixo, relacionando-os, compatibilizando-os e assegurando a coerência entre os mesmos:

- Anteprojeto de Lei do Plano Diretor Municipal contendo:
 - Diretrizes para o (re)ordenamento territorial (macrozoneamento urbano e rural – mapa com a organização espacial), articulada à inserção ambiental englobando o uso, o parcelamento e a ocupação do território, a infraestrutura e os equipamentos sociais.
 - Propostas para garantir o direito à cidade sustentável.
 - Planejamento e gestão do desenvolvimento municipal, definindo os instrumentos que auxiliarão o poder municipal na tarefa de planejar e gerenciar o desenvolvimento.
 - Sistema de acompanhamento e controle do plano.

- Anteprojeto de Lei do(s) Perímetro(s) Urbano(s), onde o Município proverá os espaços de equipamentos e serviços, bem como exercer o seu poder de polícia e de tributação municipal.

- Anteprojeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Rural, com mapa anexo, o qual divide o território do Município em zonas e áreas, define a distribuição da população neste espaço em função da infraestrutura existente e dos condicionantes ambientais. A definição dos parâmetros urbanísticos mínimo, básico e máximo deve se embasar na proteção e na capacidade de suporte das infraestruturas existentes ou projetadas e nos condicionantes ambientais.

- Anteprojeto de Lei de Parcelamento do Solo Urbano, em conformidade com a Lei Federal nº 6.766/79 e suas alterações, definindo os procedimentos relacionados com os loteamentos, desmembramentos e remembramentos de lotes urbanos e demais requisitos urbanísticos: a infraestrutura que o loteador deverá implantar bem como o prazo estabelecido para tal, a parcela que deve ser doada ao poder público com a definição do seu uso (assegurando ao Município a escolha das áreas mais adequadas), a definição

das áreas prioritárias e das áreas impróprias ao parcelamento, proposição de áreas para loteamentos populares (Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS), faixas de servidões, faixas de proteção, faixas de domínio, áreas ou pontos de interesse paisagístico e outros requisitos em função da peculiaridade local.

- Anteprojeto de Lei do Código de Edificações e Obras regulamentando as normas edilícias no Município (será avaliado a possibilidade de simplificação do processo de aprovação).
- Anteprojeto do Código de Posturas.
- Anteprojeto do Código Ambiental.
- Anteprojeto de Lei do Sistema Viário e da Mobilidade Urbana, hierarquizando e dimensionando as vias públicas, bem como as diretrizes viárias para os novos parcelamentos.
- Anteprojeto de Lei de Condomínios horizontais e verticais e empreendimentos e atividades de impacto.
- Regulamentações específicas para os instrumentos urbanísticos aplicáveis no território municipal:
 - Anteprojeto de Lei de regulamentação do Direito de Preempção.
 - Anteprojeto de Lei de regulamentação de Outorga Onerosa do Direito de Construir.
 - Anteprojeto de Lei de regulamentação da Transferência do Direito de Construir.
 - Anteprojeto de Lei de Operação Urbana Consorciada, se for o caso.
 - Anteprojeto de Lei de Regulamentação do Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios e IPTU Progressivo no Tempo.
 - Debates, Consultas Públicas, Oficinas e Audiências Públicas.
- Anteprojeto de Lei de regulamentação do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV).
- Decreto regulamentador dos procedimentos administrativos, fluxogramas e formulários necessários à organização dos trâmites para licenciamento das atividades relacionadas ao uso e ocupação do solo urbano e rural.

- Anteprojeto de Lei de Regularização Fundiária, em conformidade com a Lei Federal 13.465/2017.

4.4.2 EVENTOS

- Realizar quatro Reuniões Técnicas Temáticas de consolidação da legislação, para ajustar o PAI e a legislação proposta.
- Reunião de Coordenação para avaliar os produtos da fase anterior e das reuniões técnicas setoriais de consolidação da legislação.
- Reunião Técnica de Capacitação para apresentar os resultados do Relatório P6 – Diagnóstico Técnico.
- Reunião de Coordenação para avaliar os resultados do P6 e organizar as próximas etapas.
- 6ª Reunião Técnica Preparatória para planejamento e operacionalização da Conferência e das demais atividades da Fase V.
- Reunião de Coordenação para avaliar a conclusão dos trabalhos da Fase IV e realizar ajustes nos procedimentos adotados para a Fase V, caso necessário.
- Reuniões extraordinárias, conforme demanda e de comum acordo entre a PMJP e o Consórcio.

A metodologia proposta aos eventos participativos será melhor detalhada em capítulo específico.

4.4.3 PRODUTOS

- Relatório P6 – PAI e Institucionalização
- Relatório R4 – Registro de Eventos Participativos da Fase IV.

Cabe destacar que a entrega do relatório P6 ocorrerá em duas etapas: relatório preliminar (P6) e revisado (P6b), conforme descrito no cronograma.

4.5 FASE V – SUMÁRIO EXECUTIVO E CAPACITAÇÃO

Após a finalização das etapas anteriores, o Consórcio dará sequência na Fase V, que visa garantir a aplicabilidade e publicidade das propostas da revisão do PDMJP.

Nesta fase também serão realizadas a Conferência do Plano Diretor e a capacitação/transferência de conhecimento para a equipe técnica municipal. Estes dois eventos serão melhor descritos no Capítulo 5.

4.5.1 ATIVIDADES

I. Sumário Executivo

O Consórcio elaborará nesta etapa o volume síntese da revisão do PDMJP, que contemplará as principais conclusões da fase de diagnóstico, de diretrizes e propostas, da legislação, das estratégias de implantação e o do monitoramento do PDMJP e do PAI.

II. Cartilha do PDMJP

Nesta atividade o Consórcio desenvolverá uma cartilha, em formato digital (para divulgação na página de internet e em redes sociais) e físico, com objetivo de divulgação das principais propostas resultantes do processo de revisão do PDMJP.

As cartilhas serão compostas por capa, contracapa e um mínimo de 12 páginas com textos e ilustrações coloridas. Terão o formato A5 e gramatura 90g.

Após a aprovação desse produto pela equipe municipal, o Consórcio entregará 200 cópias impressas dessa cartilha.

4.5.2 EVENTOS

- Reunião Técnica de Capacitação para apresentar os resultados do Relatório P7 – Sumário Executivo e Cartilha.
- Reunião de Coordenação para avaliar os produtos da fase anterior e definir os procedimentos finais para realização da Conferência e a Capacitação do PDMJ.

- 7ª Reunião Técnica Preparatória para organizar e complementar os dados e informações solicitados e definir os procedimentos necessários para realização da Capacitação da revisão do PDMJP.
- Realizar a Conferência Pública da Revisão do Plano Diretor do Município de João Pessoa, onde será apresentado e pactuado o resultado final de todo o trabalho de revisão do PDMJP.
- Realizar a Capacitação do PDMJP, com no mínimo cinco dias de transferência de conhecimento para a equipe técnica municipal e o CDU e atendendo todo o contido no item 5.1.7 do TDR.
- Reunião Técnica de Capacitação dos resultados da Conferência.
- Reunião de Coordenação para avaliar a Conferência Pública e o resultado de todos os trabalhos executados.
- Reuniões extraordinárias, conforme demanda e de comum acordo entre a PMJP e o Consórcio.

4.5.3 PRODUTOS

- Relatório P7 – Sumário Executivo e Cartilha
- Relatório R5 – Registro de Eventos Participativos da Fase V.

Cabe destacar que a entrega do relatório P7 ocorrerá em duas etapas: relatório preliminar (P7) e revisado (P7b), conforme descrito no cronograma.

5 DETALHAMENTO E PACTUAÇÃO DA METODOLOGIA

As metodologias propostas no processo de revisão do PDMJP estão organizadas em duas linhas:

- **METODOLOGIAS TÉCNICAS:** são as que abordam os métodos utilizados na análise técnica dos dados pela equipe do Consórcio.
- **METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS:** são as que guiarão as estratégias de construção coletiva da revisão do PDMJP.

5.1 METODOLOGIA TÉCNICA

I. Metodologia Geral

A metodologia técnica proposta para revisão do PDMJP é baseada na própria estruturação indicada no TDR, criando uma sequência lógica que percorrerá cada uma das fases.

Para isto, será utilizada como base a Matriz CDP (Condicionantes, Deficiências e Potencialidades), que auxiliará na identificação das problemáticas do município e na elaboração do Diagnóstico Técnico e Comunitário.

Na sequência, a Matriz CDP e a análise técnica dos materiais recebidos e produzidos permitirão a definição dos objetivos da revisão do PDMJP. Com os objetivos traçados, resta a definição das estratégias e diretrizes que nortearão todo processo.

Essas estratégias e diretrizes resultarão nas ações e propostas, que poderão ser espaciais ou não espaciais, e subsidiarão a elaboração do PAI. Com as estratégias e diretrizes definidas serão selecionados também os instrumentos do Estatuto das Cidades e ferramentas complementares que permitirão ao município alcançar os objetivos da revisão do PDMJP.

Todas as etapas anteriores serão realizadas dentro de um critério de prioridades e da capacidade de investimentos e de gestão do município.

De uma forma simplificada o escopo da revisão do PDMJP está esquematizado abaixo, na Figura 5:

Figura 5: Fluxograma de revisão do PDMJP



Fonte: Consórcio (2021)

Na sequência serão descritas as metodologias da Matriz CDP e do PAI, bem como detalhadas a sua aplicação na revisão do PDMJP.

II. Matriz CDP

Para atingir os objetivos do processo de revisão do PDMJP, propõe-se a utilização da metodologia da Matriz CDP, onde são relacionadas as Condicionantes, Deficiências e Potencialidades identificadas em João Pessoa.

Essa metodologia é usualmente recomendada para os processos que envolvem planejamento urbano e regional. Ela foi desenvolvida na Alemanha e aplicada em diversos países, tornando-se uma ferramenta padrão dos organismos das Nações Unidas para a aferição e construção dos cenários de planejamento.

A construção dos Diagnósticos Técnico e Comunitário está intimamente conectada com a Matriz CDP, que também fundamentará a elaboração dos objetivos, diretrizes e propostas. A visão sistêmica proporcionada por esse método é extremamente eficaz para a definição de estratégias de ação, com vistas ao alcance dos objetivos e das metas estabelecidas.

Ao se adotar este método, classificam-se os dados levantados em três categorias básicas, apresentadas a seguir:

- **Condicionantes:** São os elementos existentes ou projetados que não podem ou não devem ser alterados, devendo ser mantidos ou preservados pelo PDMJP. Também podem ser entendidos como os elementos existentes no ambiente urbano, rural, natural ou construído, planos e decisões existentes. O caráter das condicionantes pode ser espacial, funcional, de infraestrutura, ambiental, socioeconômico, administrativo ou legal. Todos esses elementos têm consequências futuras no desenvolvimento do município, sendo que pelas suas características e implicações devem ser levadas em conta no planejamento e tomadas de decisões.
- **Deficiências:** Podem ser entendidas como aquelas situações que significam problemas qualitativos e quantitativos no contexto municipal e que devem ser mitigados ou eliminados. Assim como as condicionantes, as deficiências também podem ser de caráter espacial, funcional, de infraestrutura, ambiental, socioeconômico, administrativo ou legal, dando-se especial ênfase na revisão do PDMJP àquelas deficiências de âmbitos físico, territorial, econômico, legal, social e ambiental. Portanto, as deficiências são elementos ou situações de caráter negativo que significam estrangulamentos na qualidade de vida das pessoas e dificultam o desenvolvimento sustentável do município, a exemplo das seguintes situações:
 - Técnica: carência ou inadequação de equipamentos ou da infraestrutura existente.
 - Natural: rios e córregos poluídos, desmatamentos, vales inaproveitáveis.
 - Cultural: patrimônios históricos degradados.
 - Legal: deficiência, inadequação ou não obediência de legislação urbanística, ocupações irregulares.
 - Financeira: baixa capacidade de investimento do município, alto endividamento, baixo poder aquisitivo.
 - Social: desamparo às classes menos favorecidas, desemprego, analfabetismo, falta de cursos profissionalizantes.

- Administrativa: excesso de burocracia nos procedimentos administrativos, falta de fiscalização, deficiência na execução e no controle das ações administrativas.
 - Econômica: baixa produtividade nas ações administrativas, elevado custo de manutenção.
- **Potencialidades:** As potencialidades podem ser entendidas como aqueles elementos, recursos ou vantagens que até então não foram aproveitados adequadamente e poderiam ser incorporados positivamente ao sistema municipal, sanando suas deficiências ou desenvolvendo-o no sentido de melhorar seu estágio atual. De forma exemplificativa, os aspectos potenciais existentes no município que devem ser explorados e otimizados, resultando na melhoria da qualidade de vida da população, a exemplo das seguintes situações:
- Técnica: infraestrutura e equipamentos existentes ou com capacidade ociosa.
 - Natural: áreas adequadas à urbanização, áreas com potencial de implantação de equipamentos de lazer, turístico ou paisagístico.
 - Cultural: utilização e/ou otimização do uso de prédios históricos, preservação dos prédios históricos ou dos elementos culturais do município.
 - Legal: terrenos públicos disponíveis.
 - Financeira: aumento da eficiência fazendária na arrecadação municipal, capacidade de endividamento não utilizada, parcerias.
 - Social: política social integrada, parcerias, aproveitamento de iniciativas comunitárias.
 - Administrativa: ações administrativas no sentido de desburocratizar a máquina pública, aumentando sua eficiência com menor custo.
 - Econômica: localização estratégica, recursos naturais disponíveis, polo de abrangência, recursos humanos existentes e potenciais (universidades e escolas técnicas).

O resultado da Matriz CDP representa a ordenação criteriosa e operacional dos problemas e fatos resultantes de consultas, pesquisas e levantamentos, proporcionando apresentação compreensível, facilmente formatada e compatível com a situação do elemento a ser analisado, conforme pode ser observado na Figura 6, abaixo.

Figura 6: Exemplo de Matriz CDP

Temáticas abordadas		Condicionantes (C), Deficiências (D) e Potencialidades (P) para cada temática		
		C	D	P
1	Inserção e características regionais			
2	Planejamento e Gestão Territorial			
3	Caracterização e análise socioeconômica			
4	Caracterização e análise ambiental			
5	Caracterização e análise do uso e ocupação do solo atual			
6	Questão fundiária e moradia			
7	Mobilidade (urbana, rural e regional)			
8	Infraestrutura, serviços públicos e equipamentos urbanos e rurais			
9	Finanças públicas e capacidade de investimento do município			

Fonte: Consórcio (2021)

Após a sistematização dos resultados do diagnóstico, a Matriz CDP auxiliará na definição dos objetivos para o desenvolvimento municipal, conforme exemplificado na Figura 7.

Figura 7: Exemplo de Matriz CDP e definição de objetivos

	Temáticas abordadas	Condicionantes (C), Deficiências (D) e Potencialidades (P) para cada temática			Objetivos a serem definidos
		C	D	P	
1	Inserção e características regionais				
2	Planejamento e Gestão Territorial				
3	Caracterização e análise socioeconômica				
4	Caracterização e análise ambiental				
5	Caracterização e análise do uso e ocupação do solo atual				
6	Questão fundiária e moradia				
7	Mobilidade (urbana, rural e regional)				
8	Infraestrutura, serviços públicos e equipamentos urbanos e rurais				
9	Finanças públicas e capacidade de investimento do município				

Fonte: Consórcio (2021)

Os objetivos deverão ser pautados no Estatuto da Cidade e nos onze conceitos norteadores apresentados no TDR, no que se refere ao direito à cidade sustentável e à gestão democrática, elementos importantes para garantir o desenvolvimento do PDMJP.

III. Plano de Ação e Investimento (PAI)

Com a definição dos objetivos da revisão do PDMJP, baseados nas condicionantes, deficiências e potencialidades levantados na etapa anterior, este momento dedica-se a identificação das ações necessárias para se alcançar aqueles objetivos.

Essas ações serão sistematizadas e estruturadas na forma do PAI, uma matriz que combina uma série de informações pertinentes a exequibilidade das ações, conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 – Modelo de matriz – PAI

PAI - Plano de Ação e Investimento										
Identificação da temática a que se referem as ações, conforme 4.2.1 do TDR										
Ações	Objetivo	Prioridade	Localização	Meta		Custos estimados	Fontes de financiamento	Prazo	Responsáveis	Indicadores de monitoramento
				Prevista	Realizada					
	Indica o objetivo previsto com a execução da ação	Apresenta a prioridade da ação em questão	Indica o local onde a ação será realizada	Indica aquilo que se pretende alcançar, de forma quantificada	A ser indicado pela equipe municipal quando da realização da ação	Estimativa de investimento para realização da ação	Possibilidades de origem ou procedência dos recursos que devem ser gastos	Tempo previsto para realização de cada ação	Órgão responsável por determinada ação	Informação que permite mensurar a realização de cada uma das ações propostas em relação ao planejamento inicial, auxiliando a tomada de decisões

Fonte: Consórcio (2021)

Sugere-se a previsão de um horizonte temporal de cinco anos para às ações constantes no PAI, de modo a estar compatibilizado com as leis orçamentárias municipais: Plano Plurianual (PPA), leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Orçamento Anual (LOA), as quais são elaboradas anualmente ou a cada quatro anos.

Poderão ser previstas demais ações para médio e longo prazo, atendendo a previsão do TDR para horizontes de 10, 20 e 30 anos.

Neste sentido, deve-se avaliar a viabilidade econômica de implantação do Plano Diretor. O PAI deverá ser compatível com a capacidade de investimentos e/ou endividamento municipal e outras fontes de recurso.

Para a composição de custos estimados para cada uma das ações listadas serão levantadas informações presentes em editais de licitação de municípios que possuam o porte e características semelhantes a João Pessoa. Esses valores sofrerão as devidas correções monetárias.

5.2 METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS

A metodologia participativa de revisão do PDMJP será baseada na realização de eventos participativos de natureza técnica e comunitária e no recebimento de contribuições *on-line*. O detalhamento de cada um deles, assim como a metodologia a ser empregada para sua realização estão descritos na sequência.

5.2.1 Metodologia geral

Conforme já mencionado anteriormente, considerando o cenário da pandemia de Covid-19, os eventos participativos descritos neste relatório e que farão parte do processo de revisão do PDMJP poderão sofrer ajustes de data ou de formato, podendo ocorrer virtualmente ou de forma híbrida, atendendo as recomendações dos órgãos de saúde pública e garantindo meios à participação da população local e agentes envolvidos.

Os eventos participativos virtuais terão a mesma preparação dos eventos presenciais e observarão as recomendações do BID constantes na Nota Técnica N°. BID-TN-1965 – “Planejamento de Consultas Virtuais no Contexto do COVID-19”.

A viabilidade da realização virtual deverá ser analisada, caso a caso, pelo Consórcio e pela Coordenação da ETIM, consultando-se a UEP e as secretarias municipais cabíveis. Esta análise levará em consideração a possibilidade de acesso às ferramentas tecnológicas e a possibilidade de participação de todos os grupos interessados.

As metodologias para as consultas públicas virtuais indicadas pelo Consórcio deverão ser apresentadas e pactuadas com a Coordenação da ETIM, consultando-se às secretarias municipais cabíveis.

Ressalta-se que os eventos de natureza comunitária ocorrerão virtualmente ou de forma híbrida apenas se os órgãos de saúde pública locais assim o recomendarem. Nos demais casos serão realizados eventos presenciais, que deverão seguir os protocolos sanitários.

Em caso da realização virtual ou híbrida, o Consórcio sugere a seguinte estrutura básica para o plano de consulta virtual:

1. Identificação das prioridades a se consultar

Durante a revisão do PDMJP, serão feitas as seguintes consultas à população e técnicos locais:

- Diagnóstico Comunitário: estão previstas 14 Reuniões Comunitárias contemplando todas as regionais de Participação Popular.
- Diagnóstico Técnico: serão feitas consultas nas Reuniões Técnicas de Capacitação, Reuniões Técnicas Preparatórias, Reuniões de Coordenação e, principalmente, nas Reuniões Técnicas Temáticas.
- Diretrizes e Propostas: além das reuniões técnicas citadas no item anterior (que também servirão para receber propostas técnicas), serão realizadas as Oficinas de Propostas.
- Mobilização e Pactuação: serão realizada três Audiências Públicas para mobilizar a comunidade, informar, dar publicidade ao PDMJP, colher subsídios, debater e analisar o conteúdo dos trabalhos.
- Apresentação Final e pactuação da revisão do PDMJP: ao final de todo o processo será realizada Conferência Pública da Revisão do PDMJP, onde serão apresentados e pactuados os resultados finais.

- Contribuições extras: ocorrerão por meio de Reuniões Técnicas Setoriais, durante todo o processo de revisão do PDMJP, conforme demanda dos diversos setores de João Pessoa.

Os eventos participativos citados acima estarão detalhados no item 5.2.2 deste Relatório.

II. *Identificação das partes interessadas e metodologias e ferramentas virtuais mais adequadas*

Na descrição de cada evento participativo que irá compor a revisão do PDMJP são indicados os atores envolvidos e definidas a metodologia e ferramentas virtuais mais apropriadas.

Essa indicação usa a metodologia de Análise de Atores (*Stakeholders Analysis*), conforme apresentado no Quadro 2.

Esse método de leitura da realidade visa identificar os atores, seu interesse, poder e funções dentro de uma determinada situação ou problemática, de modo a melhor compreendê-la e, assim, apresentar soluções que sejam mais realistas e fundamentadas, maximizando o potencial de eficiência para o processo e eficácia para seus resultados. Esse método foi utilizado considerando a complexidade do processo de revisão do PDMJP e quantidade de atores envolvidos, com os mais diversos níveis de interesse.

Quadro 2 – Quadro de análise dos atores envolvidos nos eventos participativos

ANÁLISE DOS ATORES - REVISÃO DO PDMIP							
EVENTO	ATORES ENVOLVIDOS	FUNÇÃO	INTERESSE	PODER	ACESSO À TECNOLOGIA	MELHOR METODOLOGIA TECNOLÓGICA	MELHOR FERRAMENTA TECNOLÓGICA
REUNIÕES COMUNITÁRIAS	CONSÓRCIO	Cumprir As atividades previstas no TDR	GRANDE	GRANDE	GRANDE	VIDEOCONFERÊNCIA ENTRE OS ORADORES (GOOGLE MEET OU SIMILAR). NA SEQUÊNCIA OS PARTICIPANTES DISCUTIRÃO PONTOS POSITIVOS E NEGATIVOS DA CIDADE E ELENCARÃO AS PRIORIDADES. O EVENTO PODERÁ CONTAR COM A PRESENÇA DE MODERADOR QUE CONDUZIRÁ AS ATIVIDADES	RECEBIMENTO DE CONTRIBUIÇÕES POR CHAT OU VÍDEO AO VIVO OU POR E-MAIL/FORMULÁRIO ON-LINE POR UM PRAZO MÁXIMO A SER DEFINIDO ENTRE CONSÓRCIO E ETIM
	COORDENAÇÃO DA ETIM	Gerenciar todo o processo	GRANDE	GRANDE	GRANDE		
	ETIM	Coordenar, avaliar e contribuir com o processo	GRANDE	GRANDE	GRANDE		
	SOCIEDADE CIVIL	Subsidiar a leitura da situação atual e apresentar propostas e diretrizes	MÉDIO	MÉDIO	MÉDIO		
OFICINA DE PROPOSTAS	CONSÓRCIO	Cumprir As atividades previstas no TDR	GRANDE	GRANDE	GRANDE	VIDEOCONFERÊNCIA ENTRE OS ORADORES (GOOGLE MEET OU SIMILAR). NA SEQUÊNCIA OS PARTICIPANTES APRESENTARÃO SUAS CONTRIBUIÇÕES E ELENCARÃO AS PRIORIDADES. O EVENTO PODERÁ CONTAR COM A PRESENÇA DE MODERADOR QUE CONDUZIRÁ AS ATIVIDADES	RECEBIMENTO DE CONTRIBUIÇÕES POR CHAT OU VÍDEO AO VIVO OU POR E-MAIL/FORMULÁRIO ON-LINE POR UM PRAZO MÁXIMO A SER DEFINIDO ENTRE CONSÓRCIO E ETIM
	COORDENAÇÃO DA ETIM	Gerenciar todo o processo	GRANDE	GRANDE	GRANDE		
	ETIM	Coordenar, avaliar e contribuir com o processo	GRANDE	GRANDE	GRANDE		
	REPRESENTANTES COMUNITÁRIOS	Subsidiar a leitura da situação atual e apresentar propostas e diretrizes	MÉDIO	MÉDIO	MÉDIO		
	REPRESENTANTES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS	Fornecer dados, subsidiar a leitura da situação atual e apresentar propostas e sugestões	GRANDE	MÉDIO	GRANDE		
	ENTIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS	Subsidiar a leitura da situação atual e apresentar propostas e diretrizes	MÉDIO	MÉDIO	MÉDIO		
	SOCIEDADES DE CLASSE	Subsidiar a leitura da situação atual e apresentar propostas e diretrizes	MÉDIO	MÉDIO	GRANDE		

ANÁLISE DOS ATORES - REVISÃO DO PDMJP							MELHOR FERRAMENTA TECNOLÓGICA
EVENTO	ATORES ENVOLVIDOS	FUNÇÃO	INTERESSE	PODER	ACESSO À TECNOLÓGICA	MELHOR METODOLOGIA TECNOLÓGICA	MELHOR FERRAMENTA TECNOLÓGICA
AUDIÊNCIAS	CONSÓRCIO	Cumprir As atividades previstas no TDR	GRANDE	GRANDE	GRANDE		
	COORDENAÇÃO DA ETIM	Gerenciar todo o processo	GRANDE	GRANDE	GRANDE		
	ETIM	Coordenar, avaliar e contribuir com o processo	GRANDE	GRANDE	GRANDE		
	EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL/ESTADUAL/FEDERAL	Fornecer dados, subsidiar a leitura da situação atual e apresentar propostas e sugestões	GRANDE	MÉDIO	GRANDE		
	SOCIEDADE CIVIL	Subsidiar a leitura da situação atual e apresentar propostas e diretrizes	MÉDIO	MÉDIO	MÉDIO		
	REPRESENTANTES COMUNITÁRIOS	Subsidiar a leitura da situação atual e apresentar propostas e diretrizes	MÉDIO	MÉDIO	MÉDIO		
	SOCIEDADES DE CLASSE	Subsidiar a leitura da situação atual e apresentar propostas e diretrizes	MÉDIO	MÉDIO	GRANDE		
	ENTIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS	Subsidiar a leitura da situação atual e apresentar propostas e diretrizes	MÉDIO	MÉDIO	MÉDIO		
	PODER EXECUTIVO	Realizar a atualização do PDMJP, acompanhar e fiscalizar todo o processo	GRANDE	GRANDE	GRANDE		
	PODER LEGISLATIVO	Acompanhar o andamento do processo e apresentar propostas e diretrizes	GRANDE	GRANDE	GRANDE		
	PODER JUDICIÁRIO	Acompanhar o andamento do processo	MÉDIO	MÉDIO	GRANDE		
	MINISTÉRIO PÚBLICO	Acompanhar o andamento do processo	MÉDIO	MÉDIO	GRANDE		

RECEBIMENTO DE CONTRIBUIÇÕES POR CHAT AO VIVO OU POR E-MAIL/FORMULÁRIOS ON-LINE POR UM PRAZO MÁXIMO A SER DEFINIDO ENTRE CONSÓRCIO E ETIM

VIDEOCONFERÊNCIA ENTRE OS ORADORES (GOOGLE MEET OU SIMILAR), E TRANSMISSÃO AO VIVO PARA OS DEMAIS INTERESSADOS (YOUTUBE/FACEBOOK)

ANÁLISE DOS ATORES - REVISÃO DO PDMJP							MELHOR FERRAMENTA TECNOLÓGICA
EVENTO	ATORES ENVOLVIDOS	FUNÇÃO	INTERESSE	PODER	ACESSO À TECNOLÓGICA	MELHOR METODOLOGIA TECNOLÓGICA	MELHOR FERRAMENTA TECNOLÓGICA
CONFERÊNCIA	CONSÓRCIO	Cumprir As atividades previstas no TDR	GRANDE	GRANDE	GRANDE		
	COORDENAÇÃO DA ETIM	Gerenciar todo o processo	GRANDE	GRANDE	GRANDE		
	ETIM	Coordenar, avaliar e contribuir com o processo	GRANDE	GRANDE	GRANDE		
	EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL/ESTADUAL/FEDERAL	Fornecer dados, subsidiar a leitura da situação atual e apresentar propostas e sugestões	GRANDE	MÉDIO	GRANDE		
	SOCIEDADE CIVIL	Subsidiar a leitura da situação atual e apresentar propostas e diretrizes	MÉDIO	MÉDIO	MÉDIO		
	REPRESENTANTES COMUNITÁRIOS	Subsidiar a leitura da situação atual e apresentar propostas e diretrizes	MÉDIO	MÉDIO	MÉDIO		
	SOCIEDADES DE CLASSE	Subsidiar a leitura da situação atual e apresentar propostas e diretrizes	MÉDIO	MÉDIO	GRANDE		
	ENTIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS	Subsidiar a leitura da situação atual e apresentar propostas e diretrizes	MÉDIO	MÉDIO	MÉDIO		
	PODER EXECUTIVO	Realizar a atualização do PDMJP, acompanhar e fiscalizar todo o processo	GRANDE	GRANDE	GRANDE		
	PODER LEGISLATIVO	Acompanhar o andamento do processo e apresentar propostas e diretrizes	GRANDE	GRANDE	GRANDE		
	PODER JUDICIÁRIO	Acompanhar o andamento do processo	MÉDIO	MÉDIO	GRANDE		
	MINISTÉRIO PÚBLICO	Acompanhar o andamento do processo	MÉDIO	MÉDIO	GRANDE		

RECEBIMENTO DE CONTRIBUIÇÕES POR CHAT AO VIVO OU POR E-MAIL/FORMULÁRIOS ONLINE POR UM PRAZO MÁXIMO A SER DEFINIDO ENTRE CONSÓRCIO E ETIM

VIDEOCONFERÊNCIA ENTRE OS ORADORES (GOOGLE MEET OU SIMILAR), E TRANSMISSÃO AO VIVO PARA OS DEMAIS INTERESSADOS (YOUTUBE/FACEBOOK).

ANÁLISE DOS ATORES - REVISÃO DO PDMJP							
EVENTO	ATORES ENVOLVIDOS	FUNÇÃO	INTERESSE	PODER	ACESSO À TECNOLOGIA	MELHOR METODOLOGIA TECNOLÓGICA	MELHOR FERRAMENTA TECNOLÓGICA
REUNIÃO TÉCNICA SETORIAL	CONSÓRCIO	Cumprir As atividades previstas no TDR	GRANDE	GRANDE	GRANDE	VIDEOCONFERÊNCIA ENTRE TODOS OS PARTICIPANTES (GOOGLE MEET OU SIMILAR)	RECEBIMENTO DE CONTRIBUIÇÕES POR CHAT OU VÍDEO AO VIVO
	COORDENAÇÃO DA ETIM	Gerenciar todo o processo	GRANDE	GRANDE	GRANDE		
	ETIM	Coordenar, avaliar e contribuir com o processo	GRANDE	GRANDE	GRANDE		
	EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL/ESTADUAL/FEDERAL	Fornecer dados, subsidiar a leitura da situação atual e apresentar propostas e sugestões	GRANDE	MÉDIO	GRANDE		
	ENTIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS	Subsidiar a leitura da situação atual e apresentar propostas e diretrizes	MÉDIO	MÉDIO	MÉDIO		
	SOCIEDADES DE CLASSE	Subsidiar a leitura da situação atual e apresentar propostas e diretrizes	MÉDIO	MÉDIO	GRANDE		
	MINISTÉRIO PÚBLICO	Acompanhar o andamento do processo	MÉDIO	MÉDIO	GRANDE		
	PODER LEGISLATIVO	Acompanhar o andamento do processo e apresentar propostas e diretrizes	GRANDE	GRANDE	GRANDE		
	CONSÓRCIO	Cumprir As atividades previstas no TDR	GRANDE	GRANDE	GRANDE		
	COORDENAÇÃO DA ETIM	Gerenciar todo o processo	GRANDE	GRANDE	GRANDE		
REUNIÃO TÉCNICA TEMÁTICA	ETIM	Coordenar, avaliar e contribuir com o processo	GRANDE	GRANDE	GRANDE	VIDEOCONFERÊNCIA ENTRE TODOS OS PARTICIPANTES (GOOGLE MEET OU SIMILAR). O EVENTO PODERÁ CONSTAR COM A PRESENÇA DE MODERADOR QUE CONDUZIRÁ AS ATIVIDADES	RECEBIMENTO DE CONTRIBUIÇÕES POR CHAT OU VÍDEO AO VIVO
	EQUIPE TÉCNICA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS	Fornecer dados, subsidiar a leitura da situação atual e apresentar propostas e sugestões	GRANDE	MÉDIO	GRANDE		

ANÁLISE DOS ATORES - REVISÃO DO PDMIP									
EVENTO	ATORES ENVOLVIDOS	FUNÇÃO	INTERESSE	PODER	ACESSO À TECNOLOGIA	MELHOR METODOLOGIA TECNOLÓGICA	MELHOR FERRAMENTA TECNOLÓGICA		
REUNIÃO TÉCNICA PREPARATÓRIA	CONSÓRCIO	Cumprir As atividades previstas no TDR	GRANDE	GRANDE	GRANDE	VIDEOCONFERÊNCIA ENTRE TODOS OS PARTICIPANTES (GOOGLE MEET OU SIMILAR)	RECEBIMENTO DE CONTRIBUIÇÕES POR CHAT OU VÍDEO AO VIVO		
	COORDENAÇÃO DA ETIM	Gerenciar todo o processo	GRANDE	GRANDE	GRANDE				
	ETIM	Coordenar, avaliar e contribuir com o processo	GRANDE	GRANDE	GRANDE				
REUNIÃO TÉCNICA DE CAPACITAÇÃO	CONSÓRCIO	Cumprir As atividades previstas no TDR	GRANDE	GRANDE	GRANDE	VIDEOCONFERÊNCIA ENTRE TODOS OS PARTICIPANTES (GOOGLE MEET OU SIMILAR)	RECEBIMENTO DE CONTRIBUIÇÕES POR CHAT OU VÍDEO AO VIVO		
	COORDENAÇÃO DA ETIM	Gerenciar todo o processo	GRANDE	GRANDE	GRANDE				
	ETIM	Coordenar, avaliar e contribuir com o processo	GRANDE	GRANDE	GRANDE				
REUNIÃO DE COORDENAÇÃO	CONSÓRCIO	Cumprir As atividades previstas no TDR	GRANDE	GRANDE	GRANDE	VIDEOCONFERÊNCIA ENTRE TODOS OS PARTICIPANTES (GOOGLE MEET OU SIMILAR)	RECEBIMENTO DE CONTRIBUIÇÕES POR CHAT OU VÍDEO AO VIVO		
	COORDENAÇÃO DA ETIM	Gerenciar todo o processo	GRANDE	GRANDE	GRANDE				
CAPACITAÇÃO	CONSÓRCIO	Cumprir As atividades previstas no TDR	GRANDE	GRANDE	GRANDE	VIDEOCONFERÊNCIA ENTRE TODOS OS PARTICIPANTES (GOOGLE MEET OU SIMILAR). O EVENTO PODERÁ CONTAR COM A PRESENÇA DE MODERADOR QUE CONDUZIRÁ AS ATIVIDADES	RECEBIMENTO DE CONTRIBUIÇÕES POR CHAT OU VÍDEO AO VIVO		
	COORDENAÇÃO DA ETIM	Gerenciar todo o processo	GRANDE	GRANDE	GRANDE				
	ETIM	Coordenar, avaliar e contribuir com o processo	GRANDE	GRANDE	GRANDE				
	CDU	Contribuir com a mobilização e todo o processo	GRANDE	GRANDE	MÉDIO				
	EQUIPE TÉCNICA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS	Fornecer dados, subsidiar a leitura da situação atual e apresentar propostas e sugestões	GRANDE	MÉDIO	GRANDE				

Fonte: Consórcio (2021)

III. Informação Prévia

As informações e/ou materiais a serem utilizados nos eventos participativos estarão disponíveis na página de internet da revisão do PDMJP ou serão disponibilizadas no momento do evento.

IV. Mecanismo de contribuições continuadas e prestação de informações

Durante todo o processo de revisão do PDMJP será disponibilizado canal digital para recebimentos de sugestões, reclamações, contribuições, propostas e diretrizes, que serão sistematizadas e ajudarão a construir o processo participativo de revisão do PDMJP.

Esse canal de comunicação estará disponível na página de internet da revisão do PDMJP, que servirá também para divulgação das informações, inclusive sobre o progresso do projeto e possíveis alterações em seu escopo. A página de internet estará descrita no Capítulo 7 deste Relatório.

V. Documentação e divulgação

Deverão ser elaboradas atas ou memórias de reunião com lista de participantes dos eventos participativos. As atas serão elaboradas para as audiências e a conferência e as memórias de reunião serão utilizadas para os demais eventos.

Serão obtidas ainda fotografias, gravação de vídeo e áudio das audiências e da conferência. Essas gravações deverão ser precedidas de explicação de seu propósito.

Os materiais produzidos durante os eventos participativos, as memórias de reuniões, atas e listas de presença integrarão a memória documental do evento, serão disponibilizadas ao Município nos Relatórios de Registro de Eventos Participativos da respectiva fase e deverão ser disponibilizadas para ampla consulta na página de internet da revisão do PDMJP, após análise da ETIM.

5.2.2 EVENTOS PARTICIPATIVOS

Os eventos participativos representam a metodologia protagonista no tocante à gestão democrática do planejamento municipal, podendo ser classificados conforme a sua natureza técnica ou comunitária.

A PMJP será responsável pela reserva e preparação dos locais onde serão realizados os eventos, bem como a disponibilização do mobiliário necessário, envio de convites e publicação de ofício de convocação. A escolha do local de cada evento deverá levar em consideração a capacidade de público e a existência de internet com velocidade compatível para a transmissão ao vivo, caso seja necessário. Também deve-se atentar às restrições sanitárias devido a pandemia do COVID-19.

Ficará o Consórcio responsável pela organização geral, disponibilização dos equipamentos audiovisuais, materiais gráficos a serem utilizados nos eventos, fichas de inscrição, instruções e questionários.

As datas propostas para realização dos eventos estão indicadas no Capítulo 6, que trata do cronograma. Na sequência são apresentados e descritos os eventos participativos, sua categorização, agentes envolvidos, objetivos e a metodologia proposta.

I. NATUREZA TÉCNICA

a. Reuniões Técnicas Preparatórias

As Reuniões Técnicas Preparatórias ocorrerão entre o Consórcio, Coordenação da ETIM e a ETIM. Serão destinadas à organização de eventos, planejamento de atividades e ajustes entre a Consórcio e a ETIM.

Esses eventos ocorrerão durante todas as fases da revisão do PDMJP, conforme cronograma.

Em caso de necessidade de realização virtual, essas reuniões serão feitas por videoconferência entre todos os participantes por meio da plataforma *Google Meet*, ou similar. Serão recebidas contribuições por meio de *chat* ou vídeo ao vivo.

Ao final serão elaboradas as memórias de reunião. Essas memórias constarão nos Relatórios de registro de eventos participativos da fase respectiva.

b. Reuniões Técnicas de Capacitação

As Reuniões Técnicas de Capacitação ocorrerão entre o Consórcio, Coordenação da ETIM e ETIM. São destinadas à apresentação e discussão dos produtos e a balizar o conhecimento dos conteúdos apresentados pelo plano por todos os participantes.

Esses eventos ocorrerão em todas as fases da revisão do PDMJP, conforme cronograma.

Será realizada a apresentação técnica dos materiais produzidos e posteriormente aberta oportunidade para todos os presentes apresentarem questionamentos, sugestões e propostas.

Os produtos a serem apresentados nestas reuniões serão disponibilizados previamente aos participantes.

Em caso de necessidade de realização virtual, essas reuniões serão feitas por videoconferência entre todos os participantes por meio da plataforma *Google Meet*, ou similar. Serão recebidas contribuições por meio de *chat* ou vídeo ao vivo.

Ao final serão elaboradas as memórias de reunião. Essas memórias constarão nos Relatórios de registro de eventos participativos da fase respectiva.

c. *Reuniões de Coordenação*

As Reuniões de Coordenação serão realizadas entre o Consórcio e a Coordenação da ETIM com objetivo de avaliar os trabalhos já realizados e definir os procedimentos e eventos subsequentes.

Esses eventos ocorrerão em todas as fases da revisão do PDMJP, durante seu desenvolvimento e na sua finalização, conforme cronograma. Poderão ocorrer reuniões extraordinárias, caso necessário, e em comum acordo entre as partes.

Nessas reuniões serão elencados os trabalhos executados pelo Consórcio para análise dos participantes, que poderão então propor ajustes nas atividades seguintes. As Reuniões de Coordenação também servirão para organizar os eventos futuros.

Em caso de necessidade de realização virtual, essas reuniões serão feitas por videoconferência entre todos os participantes por meio da plataforma *Google Meet*, ou similar. Serão recebidas contribuições por meio de *chat* ou vídeo ao vivo.

Ao final serão elaboradas as memórias de reunião. Essas memórias constarão nos Relatórios de registro de eventos participativos da fase respectiva.

d. *Reuniões Técnicas Temáticas*

As Reuniões Técnicas Temáticas serão realizadas entre o Consórcio, Coordenação da ETIM, ETIM e a equipe técnica das secretarias ou órgãos municipais.

Esses eventos ocorrerão nas diversas fases de revisão do PDMJP, em especial nas Fases II e III, com a finalidade de coleta de dados, informações e mapeamentos pertencentes ao poder público local. Também servirão para debater as potencialidades e deficiências da cidade, receber demandas, propostas e sugestões dos temas da área dos agentes envolvidos.

Para essas discussões, materiais gráficos e cartográficos, principalmente mapas temáticos, serão compilados e apresentados pelo Consórcio. Os participantes serão divididos em grupos de trabalho, conforme as atribuições de seus cargos e em consonância com os eixos temáticos indicados no TDR. Instruções e questionários conduzirão a troca de informações entre o Consórcio, a Coordenação da ETIM e demais participantes.

Nessas reuniões será utilizada a metodologia da Matriz CDP, já detalhada anteriormente, onde são relacionadas as Condicionantes, Deficiências e Potencialidades identificadas em João Pessoa para as temáticas indicadas no TDR. A construção da Matriz CDP fundamentará o Diagnóstico Técnico e a elaboração de objetivos, diretrizes e propostas da revisão do PDMJP.

Os eventos realizados com intuito de construção de diagnóstico serão divididos em três etapas:

- **“1ª Etapa - Validação e complementação dos dados”:** consistirá na apresentação dos temas a serem discutidos. Os dados apresentados, neste momento, já foram objeto de compilação e análise preliminar pelo Consórcio. Portanto, a 1ª etapa objetiva a validação dos técnicos locais quanto aos trabalhos realizados.
- **“2ª Etapa - CDP’s”:** onde os participantes devem listar as condicionantes, deficiências e potencialidades do município, isto é, os participantes devem colaborar com a elaboração da Matriz CDP. Sempre que possível, os itens elencados na matriz poderão ser listados e pontuados em mapas temáticos, a serem criados e disponibilizados pelo Consórcio.
- **“3ª Etapa: Síntese”:** após elencar as condicionantes, deficiências e potencialidades, um orador apresentará aos demais participantes a síntese das discussões referente aos eixos temáticos da reunião e, assim, encerrar as atividades. Os resultados obtidos subsidiarão a consolidação do diagnóstico técnico.

Os eventos realizados com fins de levantar diretrizes e propostas também serão divididos em três etapas, conforme descrito na sequência. Esses eventos contribuirão para a sequência da Matriz CDP, indicando os objetivos, diretrizes e propostas para cada condicionante, deficiência ou potencialidade.

- **“1ª Etapa: Diretrizes para o desenvolvimento municipal”**: os participantes elencarão as propostas, sua especialização, os atores envolvidos e horizontes temporais (curto, médio e longo prazo).
- **“2ª Etapa: Prioridades”**: momento de deliberação, onde os participantes devem propor a hierarquia das propostas.
- **“3ª Etapa: Síntese”**: um orador apresentará as propostas prioritárias referentes aos eixos temáticos da reunião e, assim, encerrar as atividades.

Em caso de necessidade de realização virtual, essas reuniões serão feitas por videoconferência entre todos os participantes por meio da plataforma *Google Meet* ou similar. Essas reuniões poderão contar com a presença de um moderador que conduzirá as atividades. Serão recebidas contribuições por meio de *chat* ou vídeo ao vivo.

Ao final serão elaboradas as memórias de reunião. Essas memórias constarão nos Relatórios de registro de eventos participativos da fase respectiva.

e. *Capacitação e transferência de conhecimento*

A Capacitação do PDMJP ocorrerá com a participação da equipe do Consórcio, a Coordenação da ETIM, a ETIM, o CDU e os técnicos das secretarias municipais. O objetivo é a transferência de conhecimentos, a preparação e qualificação da equipe técnica municipal e do CDU em relação ao PAI e a legislação urbanística revisada, visando facilitar a aplicação da legislação, a efetividade de suas propostas estratégicas e a continuidade dos trabalhos relativos à esta Revisão do PDMJP após o encerramento do contrato e dos serviços prestados pelo Consórcio.

Esse evento ocorrerá na Fase V, conforme cronograma, contando com um mínimo de 40 horas, de acordo com o TDR.

Consistirá na apresentação dos trabalhos realizados pelo Consórcio e previamente aprovados pela ETIM. Após as apresentações, será aberto espaço para questionamentos.

Os módulos da capacitação abrangerão pelo menos:

- Propostas Estratégicas e Lei do Plano Diretor.
- Plano de Ação e Investimento.
- Macrozoneamento, Zoneamento e Sistema Viário.
- Código de Obras, normas e procedimentos.
- Parcelamento do Solo e Condomínios, normas e procedimentos.
- Instrumentos do Estatuto da Cidade regulamentados, normas e procedimentos.

Em caso de necessidade de realização virtual, essas reuniões serão feitas por videoconferência entre todos os participantes por meio da plataforma *Google Meet*, ou similar. Essas reuniões poderão contar com a presença de um moderador que conduzirá as atividades. Serão recebidas contribuições por meio de *chat* ou vídeo ao vivo.

Ao final serão elaboradas as memórias de reunião da capacitação. Essas memórias constarão nos Relatórios de registro de eventos participativos da fase respectiva.

II. NATUREZA COMUNITÁRIA

Os eventos de natureza comunitária representam uma importante etapa para a compreensão da realidade local e construção de diretrizes e propostas para o seu desenvolvimento sustentável, pois são direcionados à sociedade civil – principal impactada pelo sucesso das políticas públicas de planejamento urbano.

Neste contexto, é de grande valor a participação da Diretoria de Organização Comunitária e Participação Popular (DIPOP), que compõe a estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e tem como missão, entre outras, conscientizar, apoiar, mobilizar e estimular a participação cidadã ao pleno exercício da cidadania, possibilitando o empoderamento, a organização dos movimentos sociais, melhora da qualidade de vida e desenvolvimento econômico-social.

Os tipos de eventos participativo de natureza comunitária e a metodologia proposta em cada um deles estão detalhados na sequência.

a. *Reuniões Comunitárias*

Essas reuniões serão realizadas com a participação do Consórcio, da Coordenação da ETIM, da ETIM, do CDU e a sociedade civil envolvida. Seu objetivo principal é reforçar a sensibilização e mobilização dos atores sociais, assim como articular parceiros e organizações, incentivando-os a participar deste processo. Com isso, a sociedade sente-se incluída e torna possível a construção da revisão do PDMJP de forma participativa e colaborativa.

Essas reuniões ocorrerão na Fase II de revisão do PDMJP, conforme cronograma. A divulgação e a realização destes eventos deverão contar com o apoio essencial da DIPOP.

Serão realizadas um total de 14 Reuniões Comunitárias, abrangendo todas as regionais de Participação Popular do município.

As Reuniões Comunitárias possuem função essencial quanto à participação popular no desenvolvimento do processo de revisão do PDMJP. Espaços democráticos de discussão são abertos, onde os participantes poderão se manifestar e participar ativamente do processo. Os resultados deverão ser considerados como insumos relevantes na definição das referências que nortearão o desenvolvimento deste plano. Os participantes serão convidados a compartilhar suas percepções sobre os pontos positivos e negativos dos eixos temáticos apropriados nesta revisão.

Mapas com linguagem acessível e guias de discussão disponibilizados pelo Consórcio durante os eventos orientarão a realização das reuniões, sob a supervisão de membros da equipe do Consórcio e com cooperação da Coordenação da ETIM, da ETIM e do CDU.

A metodologia sugerida é baseada na dinâmica da Oficina do Futuro (ECOAR, 2008) e seu resultado será aplicado no diagnóstico comunitário.

O evento se inicia com uma breve apresentação em multimídia sobre o Plano de Trabalho e a importância do PDMJP para a cidade e sua população. Posteriormente, deve ser feita uma breve contextualização para incentivar as discussões a apresentação da metodologia do evento, de forma a capacitar os participantes para realização das atividades previstas. A metodologia é estruturada em três etapas:

- **“1ª Etapa – Leitura”**: consiste na divisão dos participantes em grupos temáticos, acompanhados de membros técnicos. Os participantes debaterão com os demais integrantes os pontos positivos e negativos de João Pessoa com relação aos eixos temáticos (os mesmos elencados no TDR). Assim, cada um dos grupos deverá enumerar e listar todos os pontos positivos e negativos

discutidos e dispor, caso possível, em um mapa para localizar esses mesmos pontos no território do município. Serão dispostos 40 minutos para esta reflexão.

- **“2ª Etapa – Pontos Prioritários”:** consistirá em elencar os pontos prioritários para cada eixo temático. Cada grupo deverá prosseguir com a discussão, elegendo os cinco principais pontos positivos e negativos dentre todos aqueles que foram listados em cada eixo temático. Para esta etapa, cada grupo receberá duas fichas coloridas (para separar pontos positivos e negativos) e terão até 10 minutos para discussão e conclusão.
- **“3ª Etapa – Síntese”:** Após elencar os cinco principais pontos positivos e negativos de cada eixo temático, cada grupo deverá eleger um orador do grupo que apresentará aos demais participantes a síntese das discussões do grupo em questão. Nesse momento será disponibilizado um mapa coletivo para que todos os grupos possam espacializar os pontos prioritários que foram selecionados. Nesta fase, cada equipe terá até 5 minutos de apresentação, o que encerrará as atividades previstas no evento.

Em caso de necessidade de realização virtual, essas reuniões serão feitas por videoconferência utilizando a plataforma *Google Meet*, ou similar, onde os oradores farão breve explanação do evento. Na sequência, os participantes debaterão os pontos positivos e negativos da cidade, conforme as temáticas elencadas no TDR e elencarão as prioridades. Esse evento poderá contar com a presença de um moderador que conduzirá as atividades.

As contribuições da população também poderão ser recebidas por *e-mail* ou formulários *on-line*, inclusive após a realização do evento por um período máximo a ser definido entre o Consórcio e a Coordenação da ETIM.

Ao final serão elaboradas as memórias de reunião. Essas memórias constarão nos Relatórios de registro de eventos participativos da fase respectiva.

b. Oficinas de Propostas

As Oficinas de Propostas serão realizadas com a presença do Consórcio, da Coordenação da ETIM, da ETIM, do CDU, representantes comunitários, outros técnicos das secretarias municipais, entidades públicas e privadas e sociedades de classe, com objetivo de

discussão e construção de diretrizes e propostas para a revisão do PDMJP. Será realizada na Fase III da revisão do PDMJP, conforme cronograma.

A Oficina de Proposta visa a reflexão coletiva quanto aos anseios e expectativas para o desenvolvimento territorial municipal, bem como a exequibilidade destas intenções.

A metodologia proposta na realização destes eventos consistirá na divisão dos participantes por eixos temáticos (baseado nos eixos indicados no TDR). Todos serão convidados a refletir sobre o futuro do município, considerando o diagnóstico obtido na Fase II. Mapas e roteiros guiarão este processo que será realizado em três etapas, como no evento anterior e conforme descrito a seguir:

- **“1ª Etapa: Diretrizes para o desenvolvimento municipal”**: consistirá na divisão dos participantes em grupos temáticos. Conjuntamente, os participantes elencarão as propostas, sua espacialização, os atores envolvidos e horizontes temporais (curto, médio e longo prazo).
- **“2ª Etapa: Prioridades”**: uma rápida deliberação, onde os participantes devem propor a hierarquia das propostas.
- **“3ª Etapa: Síntese”**: cada grupo elegerá um orador para apresentar as propostas prioritárias referentes aos eixos temáticos da reunião e, assim, encerrar as atividades.

Em caso de necessidade de realização virtual, a oficina ocorrerá por videoconferência utilizando a plataforma *Google Meet*, ou similar, onde os oradores farão breve explanação do evento. Na sequência os participantes poderão apresentar suas contribuições e elencar as prioridades. Essa etapa poderá contar com a presença de um moderador que conduzirá as atividades.

As contribuições da população também poderão ser recebidas por *e-mail* ou formulários *on-line*, inclusive após a realização do evento por um período máximo a ser definido entre o Consórcio e a Coordenação da ETIM.

Ao final serão elaboradas as memórias de reunião. Essas memórias constarão nos Relatórios de registro de eventos participativos da fase respectiva.

f. *Reuniões Técnicas Setoriais*

As Reuniões Técnicas Setoriais poderão ocorrer entre a equipe do Consórcio, da Coordenação da ETIM, da ETIM, do CDU e demais representantes das secretarias municipais, poder legislativo, equipe técnica das outras esferas do poder público (estadual e/ou federal) e os diversos setores do município (entidades públicas ou privadas, sociedades de classe, entre outras).

Esses eventos se destinam à construção de diagnósticos e propostas setoriais e a instigar discussões, reflexões e troca de conhecimentos. Poderão ocorrer em todas as fases da revisão do PDMJP, conforme demandas a serem apresentadas pelos diversos agentes e setores da sociedade pessoense, e com o aceite da ETIM e o Consórcio.

Nestas reuniões, o Consórcio poderá elaborar uma breve apresentação direcionada aos participantes envolvidos. Após esta apresentação os participantes poderão apresentar suas contribuições ou fazer questionamentos ao Consórcio e à Coordenação da ETIM. Mapas temáticos poderão auxiliar na execução destes eventos.

Do mesmo modo, estas reuniões poderão ocorrer em formato virtual, sem prejuízo ao conteúdo deliberado.

Ao final serão elaboradas as memórias de reunião. Essas memórias constarão nos Relatórios de registro de eventos participativos da fase respectiva.

c. *Audiências Públicas*

As Audiências Públicas serão realizadas entre todos os agentes, incluindo o Consórcio, a Coordenação da ETIM, a ETIM, o CDU, técnicos municipais, estaduais e federais, sociedade civil, representantes comunitários, sociedades de classe, entidades públicas e privadas, ministério público e representantes das diversas esferas dos poderes executivo, legislativo e judiciário.

Essas audiências têm por finalidade mobilizar a comunidade, informar, dar publicidade ao PDMJP, colher subsídios, debater e analisar o conteúdo dos trabalhos realizados durante o processo de revisão do PDMJP, garantindo assim a participação direta da comunidade no reconhecimento da realidade municipal e na consolidação das diretrizes propostas no plano.

Serão realizadas três Audiências Públicas, que acontecerão conforme cronograma:

- **1ª Audiência Pública:** ocorrerá na Fase I da revisão do PDMJP para apresentação, convocação da população, associações representativas dos vários segmentos da comunidade e poder legislativo para participação no processo de revisão do PDMJP. Neste evento serão apresentados o cronograma, o Consórcio, os motivos, a importância, métodos e técnicas previstas e debater demais questões colocadas pelos participantes.
- **2ª Audiência Pública:** ocorrerá na Fase II para apresentação e apreciação da Síntese do Diagnóstico Técnico e Comunitário com os participantes.
- **3ª Audiência Pública:** ocorrerá na Fase III para apresentação e apreciação das diretrizes e propostas que nortearão toda a revisão do PDMJP com os participantes, incluindo as diretrizes para (re)ordenamento territorial, instrumentos urbanísticos e soluções específicas para garantir os direitos à cidade sustentável, considerando as leituras comunitárias e técnica.

As Audiências Públicas seguirão as recomendações do Estatuto da Cidade e do Conselho Nacional das Cidades que seguem indicadas abaixo:

- Serão convocadas pelo Município por edital, anunciadas pela imprensa local ou por meios de comunicação de massa ao alcance da população.
- Ocorrerão em locais e horários acessíveis à maioria da população e previamente combinadas entre a ETIM e o Consórcio.
- Serão dirigidas pelo Poder Público Municipal, com apoio do Consórcio, e as discussões serão abertas a todos os presentes.
- Garantirão a presença de todos os cidadãos e cidadãs, independente de comprovação de residência ou qualquer outra condição, que assinarão lista de presença.
- Serão gravadas e, ao final de cada uma, lavrada a respectiva ata, cujos conteúdos deverão ser apensados ao Projeto de Lei, compondo memorial do processo, inclusive na sua tramitação legislativa. As atas serão lavradas pelo Consórcio e encaminhadas à Coordenação da ETIM.

Estes eventos serão presididos e abertos pela Coordenação da ETIM e deverão contar obrigatoriamente com a inscrição de todos os participantes por meio de fichas de inscrição que serão disponibilizadas no início da audiência.

Após abertura será realizada a leitura do regulamento da audiência (conforme proposta indicada no ANEXO I), para então o Consórcio proceder com a apresentação dos trabalhos realizados até o momento. Todos os produtos a serem discutidos durante a audiência estarão disponíveis na página de internet da revisão do PDMJP com no mínimo 15 dias corridos de antecedência.

Após as apresentações, a Coordenação da ETIM abrirá a fase de questionamentos, que serão obrigatoriamente realizados por meio de preenchimento prévio de fichas, de forma clara e objetiva. Estas fichas serão disponibilizadas durante o evento.

A leitura destes questionamentos será realizada somente se o solicitante ainda estiver presente na audiência e após a leitura o mesmo solicitante terá até dois minutos para complementá-la, caso queira, para então ser respondido.

A fase de questionamentos terá um tempo máximo de 20 minutos, podendo ser prorrogado por mais 10 minutos a critério da Coordenação da ETIM.

Os demais questionamentos serão respondidos e disponibilizados na página de internet da revisão do PDMJP em até 10 dias após a realização do evento.

No ANEXO I é apresentada proposta de regulamento para a realização das audiências. Abaixo apresentam-se os modelos básicos para lista de presença (Quadro 3) e fichas de participação (Quadro 4):

Quadro 3 – Modelo de lista de presença

<i>LISTA DE PRESENÇA</i>			
<i>Audiência Pública sobre a Revisão do Plano Diretor Municipal de João Pessoa - Data/Local</i>			
<i>Nome</i>	<i>Órgão/Profissão</i>	<i>E-mail</i>	<i>Telefone</i>

Fonte: Consórcio (2021)

Quadro 4 – Modelo de ficha de participação

<p><i>FICHA DE PARTICIPAÇÃO</i></p> <p><i>Audiência Pública sobre a Revisão do Plano Diretor Municipal de João Pessoa</i></p> <p><i>Data/Local</i></p>
<i>Nome:</i>
<i>E-mail:</i>
<i>Telefone:</i>
<i>Dúvidas, críticas, sugestões:</i>

Fonte: Consórcio (2021)

Em caso de necessidade de realização virtual, essas reuniões serão feitas por videoconferência entre os oradores, utilizando a plataforma *Google Meet*, ou similar. Em conjunto, será realizada transmissão ao vivo por *Youtube* ou *Facebook*, nos canais da PMJP e/ou dos canais oficiais da revisão do PDMJP para os demais participantes. As contribuições da população serão recebidas por meio de *chat* ao vivo ou por *e-mail/formulários on-line*, inclusive após a realização do evento por um período máximo a ser definido entre o Consórcio e a Coordenação da ETIM.

Alternativamente esses eventos poderão ser realizados de forma híbrida. Neste caso, os oradores e um número restrito de representantes da sociedade se encontrarão em um local previamente combinado (observadas a capacidade de público, a velocidade de internet para transmissão ao vivo e as restrições impostas pela pandemia de COVID-19 no momento da realização). Os demais participantes poderão acompanhar por meio de transmissão ao vivo pelas plataformas *Youtube* e/ou *Facebook*.

As contribuições dos representantes presentes serão recebidas no local do evento (por meio das fichas de participação). Os participantes do evento virtual poderão encaminhar

suas contribuições por *chat* ao vivo ou *e-mail/formulários on-line*, inclusive após a realização do evento por um período máximo a ser definido entre o Consórcio e a Coordenação da ETIM.

Após a realização do evento será elaborada a respectiva Ata, que também constará no Relatório de registro de eventos participativos da fase respectiva. Também serão disponibilizadas as gravações em vídeo à Coordenação da ETIM.

d. *Conferência Pública da Revisão do PDMJP*

Este evento, a exemplo das Audiências, será realizado entre todos os agentes, incluindo o Consórcio, a Coordenação da ETIM, a ETIM, o CDU, técnicos municipais, estaduais e federais, sociedade civil, representantes comunitários, sociedades de classe, entidades públicas e privadas, ministério público e representantes das diversas esferas dos poderes executivo, legislativo e judiciário.

O objetivo principal é a pactuação do PDMJP entre o poder executivo, poder legislativo, população e associações representativas dos vários segmentos da comunidade. Ressalta-se a importância da participação do legislativo municipal em todos os processos da revisão do PDMJP.

A Conferência ocorrerá na Fase V do processo de revisão do PDMJP, conforme cronograma.

Serão apresentados e pactuados os trabalhos realizados, incluindo o PAI, minutas de lei e sumário executivo, que deverão estar disponíveis para consulta na página de internet da revisão do PDMJP com no mínimo 15 dias corridos de antecedência.

Em caso de necessidade de realização virtual, essas reuniões serão feitas por videoconferência entre os oradores, utilizando a plataforma *Google Meet*, ou similar. Em conjunto, será realizada transmissão ao vivo por *Youtube* ou *Facebook* nos canais da PMJP e/ou dos canais oficiais da revisão do PDMJP para os demais participantes. As contribuições da população serão recebidas por meio de *chat* ao vivo ou por *e-mail/formulários on-line*, inclusive após a realização do evento por um período máximo a ser definido entre o Consórcio e a Coordenação da ETIM.

Alternativamente, esses eventos poderão ser realizados de forma híbrida. Neste caso, os oradores e um número restrito de representantes da sociedade se encontrarão em um local previamente combinado (observadas a capacidade de público, a velocidade de internet para transmissão ao vivo e as restrições impostas pela pandemia de COVID-19 no

momento da realização). Os demais participantes poderão acompanhar por meio de transmissão ao vivo pelas plataformas *Youtube* ou *Facebook*.

As contribuições dos representantes presentes serão recebidas no local do evento (por meio das fichas de participação). Os participantes do evento virtual poderão encaminhar suas contribuições por *chat* ao vivo ou *e-mail/formulários on-line*, inclusive após a realização do evento por um período máximo a ser definido entre o Consórcio e a Coordenação da ETIM.

Após a realização do evento será elaborada a respectiva Ata, que também constará no Relatório de registro de eventos participativos da fase respectiva. Também serão disponibilizadas as gravações em vídeo à ETIM.


6 CRONOGRAMA

O prazo previsto no TDR para realização de todas as atividades a serem desenvolvidas ao longo do processo de Revisão do PDMJP é de 20 meses, contados a partir do dia 19 de abril de 2021, data de emissão da Ordem de Serviços nº 11/2021 – UEP/SEGOV, conforme consta no contrato nº 02.006/2021.

Destaca-se que o Consórcio empreenderá esforços para redução desse prazo, trabalhando com a possibilidade de realizar as atividades previstas nesse Relatório em 15 meses, sempre priorizando a qualidade dos trabalhos entregues. Importante mencionar que a redução do prazo total dependerá também do tempo de análise dos materiais por parte da ETIM e da Coordenação da ETIM. Esse prazo também será impactado pela evolução da pandemia de COVID-19, visto que a realização dos eventos comunitários dependerá das restrições sanitárias aplicadas no momento da realização.

Dito isso, na sequência apresentam-se o cronograma para realização das atividades em 20 meses, conforme TDR (Quadro 9), e o cronograma alvo com prazo para execução total de 15 meses (Quadro 10).

Quadro 5 – Legenda dos eventos a serem realizados

RT	Reunião Técnica
RTT	Reunião Técnica Temática
RTP	Reunião Técnica Preparatória
RTC	Reunião Técnica de Capacitação
RCO	Reunião de Coordenação
 RTS	Reunião Técnica Setorial
 OP	Oficinas de Propostas
 RC	Reunião Comunitária
 A	Audiência Pública
 C	Conferência do Plano Diretor
	Eventos comunitários

Fonte: Consórcio (2021)

Quadro 6 – Legenda dos produtos a serem entregues

P1	Relatório do Produto Fase I - Metodologia e Mobilização
P2	Relatório do Produto Fase II - Diagnóstico Técnico
P3	Relatório do Produto Fase II - Diagnóstico Comunitário
P4	Relatório do Produto Fase II - Diagnóstico Técnico e Comunitário
P5	Relatório do Produto Fase III - Diretrizes e Propostas
P6	Relatório do Produto Fase IV - PAI e Institucionalização
P7	Relatório do Produto Fase V - Sumário Executivo e Cartilha
P1b	Relatório do Produto Fase I - Metodologia e Mobilização revisado
P2b	Relatório do Produto Fase II - Diagnóstico Técnico revisado
P3b	Relatório do Produto Fase II - Diagnóstico Comunitário revisado
P4b	Relatório do Produto Fase II - Diagnóstico Técnico e Comunitário revisado
P5b	Relatório do Produto Fase III - Diretrizes e Propostas revisado
P6b	Relatório do Produto Fase IV - PAI e Institucionalização revisado
P7b	Relatório do Produto Fase V - Sumário Executivo e Cartilha revisado




Fonte: Consórcio (2021)

Quadro 7 – Legenda de relatórios de registro de eventos participativos a serem entregues

R1	Relatório de Registro de Eventos Participativos da Fase I
R2	Relatório de Registro de Eventos Participativos da Fase II
R3	Relatório de Registro de Eventos Participativos da Fase III
R4	Relatório de Registro de Eventos Participativos da Fase IV
R5	Relatório de Registro de Eventos Participativos da Fase V

Fonte: Consórcio (2021)

Quadro 8 – Legenda de cores dos cronogramas

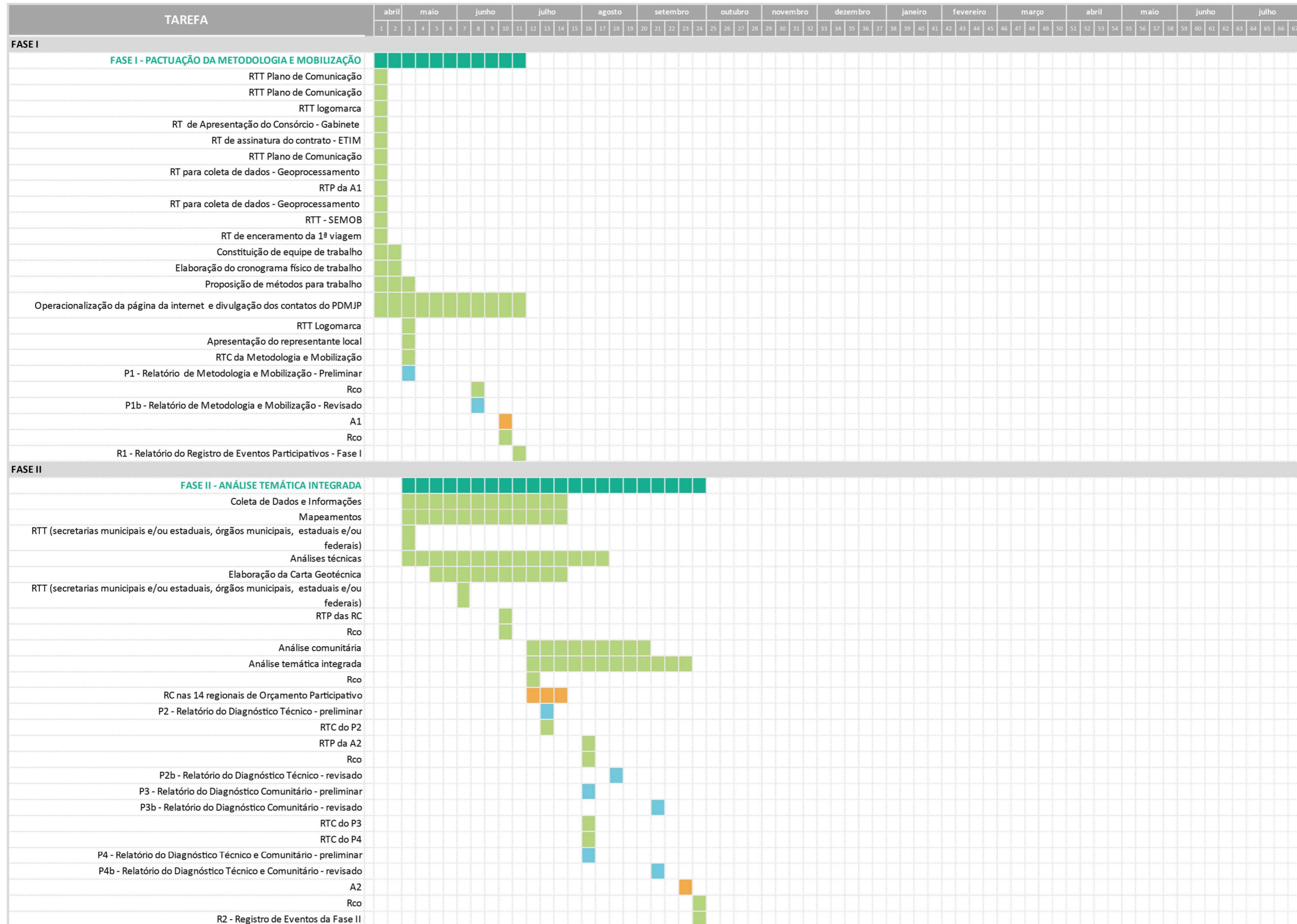
	Atividades e Reuniões Técnicas
	Eventos Participativos Comunitários
	Produtos

Fonte: Consórcio (2021)

Quadro 9 – Cronograma para execução dos trabalhos em 20 meses, conforme TDR



Quadro 10 – Cronograma alvo para execução dos trabalhos em 15 meses



7 PLANO DE COMUNICAÇÃO

Este capítulo tem como objetivo descrever as estratégias de comunicação a serem aplicadas para divulgação da revisão do PDMJP. Essas estratégias estão em consonância com o Estatuto da Metrópole, conforme art. 12, parágrafo 2º:

“No processo de elaboração do plano previsto no caput deste artigo e na fiscalização de sua aplicação, serão assegurados:

- I – a promoção de audiências públicas e debates com a participação de representantes da sociedade civil e da população, em todos os Municípios integrantes da unidade territorial urbana;
- II – a publicidade quanto aos documentos e informações produzidos; e
- III – o acompanhamento pelo Ministério Público.”

Essas ações são fundamentais para o engajamento da população no processo participativo nas Reuniões Comunitárias, Oficinas de Propostas, Audiências Públicas e na Conferência, conforme descrito no Termo de Referência, item 5.2 – Eventos Participativos Mínimos por Fase.

O objetivo das estratégias de comunicação é tornar pública a realização dos eventos onde existe a necessidade de participação popular, bem como os documentos que devem se acessíveis à população para acompanhamento de todas as etapas dos trabalhos.

O seguinte Plano de Comunicação segue o que versa o Termo de Referência, item 5.3.2, que orienta os trabalhos de comunicação e mobilização social em torno do processo de revisão do PDMJP.

7.1 CRIAÇÃO DE LOGOMARCA

A criação de uma logomarca para a revisão do Plano Diretor Municipal de João Pessoa é uma ação relevante na estratégia de comunicação do plano, permitindo criar uma identidade visual para as comunicações que irão compor a estratégia de divulgação, facilitando e potencializando a identificação das ações previstas durante a realização dos trabalhos.

O Consórcio desenvolveu inicialmente uma logomarca para caracterizar a identidade visual da revisão do PDMJP, com linguagem simples para potencializar o reconhecimento e ser incorporada por toda comunidade.

A proposta apresentada teve como base a bandeira municipal. Sua cor vermelha e suas três faixas horizontais foram correlacionadas com os três aspectos de sustentabilidade a serem considerados na revisão do PDMJP: aspectos sociais, ambientais e econômicos. Essas faixas foram interligadas, considerando a conexão entre esses aspectos e apropriaram-se da letra “D” (de Diretor) para formatar a proposta final apresentada pelo Consórcio.

A Figura 8 abaixo apresenta a proposta do Consórcio para a logomarca.

Figura 8: Logomarca do Plano Diretor de João Pessoa proposta pelo Consórcio



Fonte: Consórcio (2021)

Esta proposta foi então apresentada à equipe municipal na Reunião Técnica de assinatura de contrato, realizada no dia 26 de abril de 2021 na sede da PMJP. Nesta reunião foram indicadas a necessidade de incorporar elementos que remetessem a tecnologia e a preservação ambiental e também a necessidade de avaliação da agência de publicidade.

A agência de publicidade municipal avaliou o material produzido pelo Consórcio e apresentou uma nova versão da logomarca, que foi escolhida pela equipe municipal para ser utilizada na divulgação e em todos os produtos e eventos da revisão do PDMJP.

O *slogan* dessa nova versão indica que “...o crescimento da cidade deverá apontar para o desenvolvimento sustentável, com futuro e tecnologia mas respeitando a vida”,

conforme material de apresentação encaminhado ao Consórcio – João Pessoa Sustentável – PDMJP. Foram incorporados elementos gráficos que remetem a tecnologia (chip) e a preservação ambiental (folha).

A Figura 9 abaixo apresenta a versão final da logomarca de revisão do PDMJP elaborada e aprovada pela PMJP.

Figura 9: Logomarca do Plano Diretor de João Pessoa elaborada e aprovada pela PMJP



Fonte: PMJP (2021)

7.2 CRIAÇÃO DE PÁGINA DE INTERNET

O Consórcio desenvolveu uma página própria da revisão do Plano Diretor Municipal de João Pessoa, onde serão publicadas informações como eventos, relatórios, planos, projetos, vídeos, fotos e pesquisas.

A página do PDMJP ficará disponível durante todo o andamento dos trabalhos, e seu endereço será divulgado para a população por meio dos *press-releases* produzidos pela contratada.

A página *web* foi criada no endereço **www.pdjp.com.br**, conforme ilustrado na Figura 10 abaixo:

Figura 10: Página de Internet do PDMJP



Fonte: Consórcio (2021)

7.3 MÍDIA ESPONTÂNEA

A estratégia de mídia espontânea está baseada na importância do processo de revisão do PDMJP, que deverá ter a atenção da imprensa local e dos cidadãos. Por isso, a mídia espontânea deverá ser a principal forma de divulgação da revisão do plano.

Assim, os eventos participativos deverão ser divulgados pelos principais veículos de comunicação da região em forma de noticiário, bem como as informações mais relevantes relativas ao processo de revisão do plano, sendo necessário o envio de informações como sugestões de pauta para os veículos locais. O envio das sugestões de pauta deverá ser feito pela Secretaria Municipal de Comunicação Social, como forma de garantir a oficialidade das informações e maior repercussão junto à imprensa.

Para garantir a efetividade dessa estratégia, será importante manter um contato próximo com a Secretaria Municipal de Comunicação Social, aproveitando o conhecimento dos veículos locais e seus respectivos contatos para otimizar os resultados, garantindo uma boa repercussão na divulgação dos eventos e demais informações relevantes durante o processo de revisão em forma de notícias.

Desta forma, a contratada desenvolverá *press-releases* (chamados de imprensa) que serão encaminhados à Secretaria Municipal de Comunicação Social, para serem divulgados

junto à imprensa local e nos canais oficiais de cada município (*website*, redes sociais, etc.) com uma antecedência mínima de dois dias à realização de cada evento.

7.4 MÍDIA PATROCINADA (PROPAGANDA)

Para complementar as ações de mídia espontânea e reforçar a publicidade dos eventos públicos relativos à revisão do Plano Diretor Municipal de João Pessoa, serão selecionados os principais veículos de comunicação de massa da região para a contratação de anúncios que irão divulgar as datas de realização das Audiências Públicas e da Conferência Municipal a serem realizadas.

A definição dos principais veículos de comunicação de massa da região foi feita com base em pesquisa e coleta de informações dos próprios veículos, que apontou quais os veículos mais adequados pelo critério de cobertura regional, audiência e adequação ao tema.

Foram selecionadas duas estações de rádio (Rádio Arapuã e Rádio Correio) e dois portais de notícias na internet (G1 e Mais PB). Assim sendo, as Audiências Públicas e a Conferência Municipal serão divulgadas por meio de anúncios e de noticiário (Mídia Espontânea).

7.5 IMPRESSOS INFORMATIVOS

Serão produzidas duas versões de impressos com objetivo de informar e mobilizar a população para participação no processo de revisão do PDMJP.

A primeira versão terá uma linguagem mais acessível, será em formato de *folder* fechado, tamanho A4, dobrado em três partes, com impressão colorida. Essa versão está ilustrada na sequência, na Figura 11. Nesse *folder* estão inseridas definições sobre o plano Diretor e sua importância, descrição do Estatuto da Cidade e formas de participação.

A segunda versão, mais completa, terá oito páginas coloridas, tamanho A5, com informações sobre o processo de revisão do Plano Diretor Municipal de João Pessoa. Entre as informações disponibilizadas à população, o impresso explanará temas como: as razões de planejar a cidade; definição do plano; os métodos para desenvolver as bases do planejamento urbano; conceitos básicos de cidades sustentáveis, integradoras e inteligentes; as etapas dos processos de desenvolvimento do plano; definições dos processos participativos, entre outros assuntos. Esta segunda versão está ilustrada na Figura 12.

Serão impressas 3.000 unidades do *folder* e 2000 unidades da versão mais completa, que serão distribuídas aos participantes dos eventos participativos a serem realizados no município.

Figura 11: Modelo de *Folder*

Sobre o que o Plano Diretor trata?

- Socioeconômico**
 - Oportunidades de emprego e renda
 - Assistência Social
 - Qualidade de vida
 - Gestão Pública
- Urbanismo e Infraestrutura**
 - Habituação
 - Iluminação pública
 - Creches e escolas
 - Postos de saúde
 - Segurança pública
 - Patrimônio histórico
- Meio Ambiente**
 - Saneamento básico
 - Coleta de lixo
 - Preservação de rios, nascentes e áreas verdes
 - Controle da poluição
- Mobilidade**
 - Transporte coletivo
 - Ruas e calçadas
 - Ciclovias
 - Acessibilidade

Participe da construção do Plano Diretor do seu município:
www.pdjp.com.br

2021 2022

Plano Diretor

Venha participar do planejamento da sua cidade

O que é o Plano Diretor?
O Plano Diretor é a lei que determina como o município vai se desenvolver e se expandir. É esse plano que vai direcionar o **futuro da cidade que queremos**, para que ela seja cada vez melhor.

O que regulamenta o Plano Diretor?
O Plano Diretor é obrigatório para todos os municípios brasileiros com mais de 20 mil habitantes, conforme definido pela Constituição Federal.

O Estatuto da Cidade (Lei Federal 10.257/2001) regulamenta o planejamento urbano, buscando garantir o **direito à cidade** para todas, com qualidade de vida, segurança, acesso ao espaço urbano e equilíbrio do meio ambiente.

Por que isso é importante?
A cidade é o espaço compartilhado por todas e, quando bem planejada, garante que todas tenham acesso aos seus **benefícios e oportunidades**. Por isso, é fundamental construir esse planejamento com a participação de todos os cidadãos.

Como posso participar?

- Reuniões Comunitárias**
Nesses eventos, a população apontará **pontos positivos e pontos negativos** da cidade.
- Audiências**
Servirão para **mobilizar e informar** a população e apresentar os resultados dos trabalhos realizados.
- Conferência**
Na conferência, o **resultado final** da revisão do Plano Diretor será apresentado e pactuado entre toda sociedade pessoense.

Contribuições e informações on-line:
www.pdjp.com.br

Ilustração por: 27traqui.com

Fonte: Consórcio (2021)

Figura 12: Modelo de Impresso Informativo



Sobre o Plano Diretor

A importância de se planejar a cidade

A cidade é o espaço compartilhado por todos e, quando bem planejada, garante que todos tenham acesso aos seus benefícios e oportunidades. Por isso, é fundamental construir esse planejamento com a participação de todos os cidadãos.

Plano Diretor

O Plano Diretor é a lei que determina como o município vai se desenvolver e se expandir. É esse plano que vai direcionar o futuro da cidade que queremos, para que ela seja cada vez melhor.

O futuro que queremos

O futuro que queremos é baseado na economia sustentável, com foco no bem estar das pessoas, no respeito ao meio ambiente e no incentivo ao desenvolvimento de tecnologias limpas.



Como será o processo participativo?



Reuniões Comunitárias

Serão espaços democráticos onde a população discutirá os principais pontos positivos e negativos da cidade, ajudando a construir o Diagnóstico Comunitário.



Oficina de Propostas

Deve ter a participação de representantes de toda a sociedade pessoense, para discutir sobre a cidade que queremos e compartilhar propostas para o município.



Reuniões Técnicas Setoriais

Serão realizadas entre setores da sociedade (ONGs, sociedades de classe e entidades públicas e privadas) para entender o município e apresentar propostas.



Audiências Públicas

Serão realizadas três audiências envolvendo a população, para garantir a participação direta da comunidade no reconhecimento da realidade municipal e na validação das propostas.



Conferência do Plano Diretor

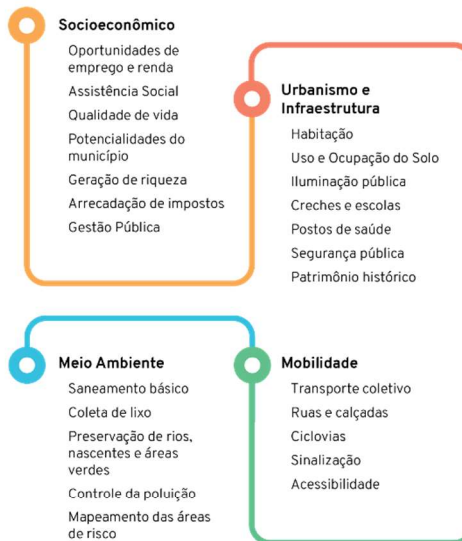
Também contará com a participação de toda a população para alinhamento do Plano Diretor entre os poderes Executivo e Legislativo, população e associações dos vários segmentos da comunidade.

As fases do processo de revisão do Plano Diretor



O Plano Diretor na vida do cidadão

O planejamento urbano tem influência direta na qualidade de vida da população, em diversos aspectos:



06

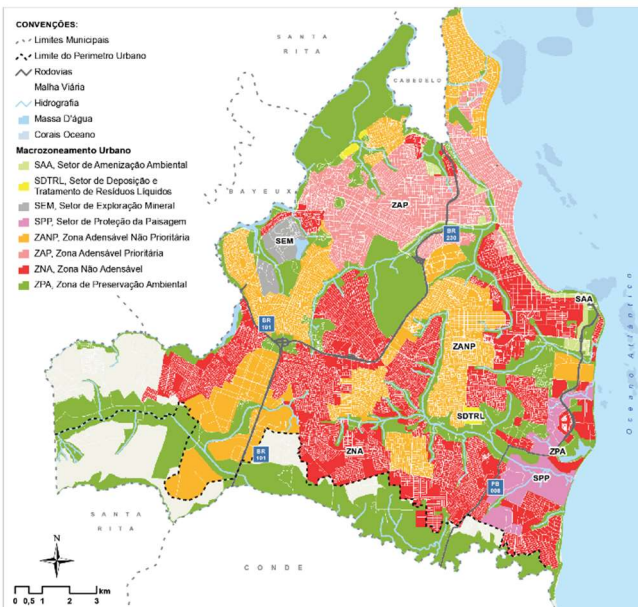
03

A cidade que queremos é sustentável, resiliente, integradora, justa, inteligente e participativa. Ela é mais compacta, conectada e coordenada, ao invés de distante, dispersa e desconectada.

- Cidade sustentável** que garanta o direito à terra urbana, moradia, saneamento básico, infraestrutura, transporte e serviços públicos, trabalho e lazer para as gerações atuais e futuras.
- Cidade inteligente** que investe em educação e novas tecnologias para melhorar a mobilidade, sustentabilidade, inclusão social, empreendedorismo, emprego e renda.
- Cidade integradora** que prioriza a integração e complementaridade entre suas atividades e espaços.

Como a nossa cidade é organizada?

Macrozoneamento de João Pessoa



05

Fonte: Consórcio (2021)

7.6 CARRO DE SOM

A estratégia de comunicação a partir de carro de som é bastante efetiva, principalmente onde a estratégia é cobrir regiões pré-definidas, como no caso das Reuniões Comunitárias, que deverão ser realizadas nas 14 regionais da Participação Popular do município.

No caso específico das Reuniões Comunitárias, o carro de som configura a melhor opção de divulgação, pois é possível difundir informações específicas para cada regional. Assim sendo, a divulgação das Reuniões Comunitárias deverá ser feita por meio dos carros de som e da divulgação em forma de notícia (Mídia Espontânea).

7.7 CONVITES

Os convites diretos serão utilizados na estratégia de comunicação para as Oficinas de Propostas.

Ficará a cargo da prefeitura localizar e contatar os representantes da sociedade civil do município, como representantes das associações de moradores, associações comerciais e industriais e Organizações Não Governamentais existentes no município. O Consórcio elaborará os convites conforme exemplificado na Figura 13 a seguir:

Figura 13: Modelo de Convite



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA

Prezados senhores,

A Prefeitura Municipal de João Pessoa, através da Secretaria Municipal de Planejamento, tem a satisfação de convidá-lo a participar da Oficina de Propostas da Revisão do Plano Diretor Municipal de João Pessoa (PDMJP).

Este evento visa a discussão e construção de diretrizes e propostas para a revisão do PDMJP, além da reflexão coletiva quanto aos anseios e expectativas para o desenvolvimento territorial municipal e a exequibilidade destas intenções.

As secretarias municipais, as associações e entidades representativas da sociedade civil constituem as parcerias prioritárias para o sucesso dos esforços de mobilização da revisão do Plano Diretor. Por isso, entendemos fundamental solicitar sua participação e o seu apoio institucional, no que se refere ao estímulo à participação da sociedade nos eventos destinados a esse fim.

Certos de podermos contar com seu apoio, agradecemos e nos colocamos à inteira disposição para sanar quaisquer dúvidas que porventura venham a surgir.

Segue abaixo a data e local do evento:

Data: (a definir)

Horário: (a definir)

Local: (a definir)



INTELIGÊNCIA
URBANA





















Fonte: Consórcio (2021)

7.8 RESUMO GRÁFICO

A seguir, no Quadro 11, é apresentado o resumo da estratégia de comunicação a ser adotada nos eventos participativos comunitários principais, bem como o período de realização.

Quadro 11 – Resumo gráfico do plano de comunicação

	Entrada das Campanhas			
	3 dias antes	2 dias antes	1 dia antes	Data do evento
Audiência Pública				
Conferência Municipal				
Reuniões Comunitárias				
Oficinas de Propostas				

Rádio	
Carro de som	
Ass. Imprensa	
Portal de Notícias	
Convites diretos	

Fonte: Consórcio (2021)

8 FORMAS DE ENTREGAS E CRITÉRIOS PARA ACEITE

8.1 FORMAS DE ENTREGA

Para a realização da revisão do PDMJP, relatórios técnicos e demais produtos serão desenvolvidos pela equipe técnica do Consórcio de acordo todo o contido neste documento, e deverão ser entregues para a PMJP para análise conforme cronograma.

A ETIM e a Coordenação da ETIM terão um prazo de 20 dias (conforme constante no item 6 do TDR) para análise e devolução dos apontamentos para que o Consórcio elabore a versão final do produto dentro dos prazos também estipulados no cronograma. Apenas após validação e autorização da ETIM e da Coordenação da ETIM estes materiais deverão ser disponibilizados na página de internet e demais meios de divulgação.

Cabe destacar que a revisão do PDMJP e o trabalho deste Consórcio visam a qualidade técnica, priorizam o interesse comum em detrimento de benefícios individuais ou de algum grupo específico e consideram em suas discussões as diversas formas de participação popular. Por este motivo, este Consórcio se vê no direito de não acatar às solicitações que não condizem com as justificativas técnicas apresentadas ao longo do plano. Possíveis discordâncias entre o Poder Público Municipal e o Consórcio poderão ser evidenciadas nos relatórios produzidos.

Conforme constante no TDR, o Consórcio entregará todo os produtos finalizados e materiais complementares, composto por planilhas, fórmulas e entre outros ao contratante.

Os dados e informações utilizados ou elaborados pelo Consórcio serão:

- Obtidos de fontes primárias, oficiais ou de publicações tecnocientíficas.
- Devidamente atualizados e com demonstração do método adotado.
- Apresentados com riqueza de detalhes em escala adequada, a ser definida em conjunto com a Coordenação da ETIM, nas áreas urbanas consolidadas e de expansão – internas ou externas ao perímetro urbano e na área rural.
- Convenientemente espacializados em mapas (municipal, urbanos e rurais), digitais ou digitalizados e georreferenciados.

Os prazos de entrega dos produtos estão indicas no capítulo específico que trata do cronograma da revisão do PDMJP. Porém, visto a complexidade e o envolvimento de diversos atores nesta tarefa, existe uma certa flexibilidade quanto a esses prazos, contanto que não

atrapalhe o andamento das atividades subsequentes. Este acordo deve ser bilateral, ou seja, pode ser aplicado e deve ser respeitado pela PMJP bem como pelo Consórcio.

8.1.1 Relatórios

O TDR (em seu item 7.2) solicita que os materiais resultantes do processo de revisão do PDMJP, bem como os materiais utilizados para se chegar no resultado final, sejam entregues:

- Em formatos abertos, com os textos em *Word for Windows* (.DOC), tabelas em *Excel for Windows* (.XLS), apresentações em *PowerPoint for Windows* (.PPT).
- Em formatos fechados, com *layouts* devidamente organizados para visualização e impressão, em extensão .PDF.
- Em três vias impressas, à exceção da Cartilha (serão entregues 200 cópias impressas da Cartilha, conforme já mencionado). Reitera-se que as três vias impressas serão entregues apenas em sua versão revisada e final, após análise da Coordenação da ETIM. A versão preliminar será entregue em uma via impressa.
- Observadas as normas técnicas e encadernado tipo brochura em formato A-4 (se possível em um único volume), texto com orientação retrato, e quadros, tabelas, figuras e mapas dobrados em formato A-4.

Todos os relatórios produzidos deverão obrigatoriamente ser disponibilizados na página de internet da revisão do PDMJP, permitindo assim, o processo democrático quanto ao conteúdo produzido neste plano. A publicação ocorrerá apenas após as revisões e aprovação da ETIM e da Coordenação da ETIM.

De maneira sintética, esta revisão de PDM produzirá duas categorias de relatórios:

- Relatórios de Conteúdo Técnico ou Relatório do Produto das diversas Fases – P1 ao P7.
- Relatórios de Registro de Eventos Participativos por Fase – R1 ao R5.

Os Relatórios de Produto das diversas fases serão entregues em suas versões preliminares (P1 ao P7) e revisados (P1b ao P7b) e poderão sofrer atualizações em suas versões, recebendo as nomenclaturas “V”.

8.1.2 Mapas

Os mapas são instrumentos importantes na análise de questões complexas onde muitas variáveis se sobrepõem para a compreensão de um tema ou na composição de temas afins. Eles são gerados a partir da associação de múltiplas informações que dependem diretamente dos temas e das variáveis que interagem entre si. Isso possibilita a melhor ilustração das ideias expostas.

Esses mapas concentram as informações mais pertinentes relacionadas a cada tema analisado, pelo que, dentre todos os aspectos levantados, apenas os mais significativos e que possibilitam interação com as demais informações são mapeados. Desta forma, eles possibilitam o entendimento integrado de questões importantes à análise do ambiente em estudo.

O objetivo é possibilitar uma leitura, com olhar analítico e crítico, das questões mais preocupantes relacionadas a cada tema abordado. Tal exame só se faz possível quando o mapa apresenta uma legibilidade adequada, com informações claras, bases cartográficas completas, de qualidade, com escala adequada, diferenciação de cores, formas e tamanhos. Além disso, a aplicação das informações que aparecem em pontos, linhas e áreas deve estar bem articulada de forma a ilustrar os fenômenos que as relacionam.

O TDR solicita que em todas as peças cartográficas entregues constem, no mínimo, os seguintes elementos:

- Limite municipal e perímetro urbano
- Elementos de hidrografia
- Elementos da rede viária e tipo de pavimentação
- Limite da área urbana e rural
- Áreas especiais (Unidades de Conservação, Áreas de Preservação Permanente, Parques, entre outras)
- Principais pontos de referência
- Praças

- Equipamentos Comunitários
- Comunidades
- ZEIS
- Toponímia de todos os elementos
- Grade de coordenadas

O mesmo TDR solicita ainda que em todo o material produzido o Consórcio fará constar no mínimo os elementos seguintes:

- Título do mapa.
- Título do projeto ou estudo.
- Referência do mapa (da forma como citado no texto do estudo. Ex: Figura 1.2.3).
- Localidade.
- Legenda contendo a simbologia de todas as feições (camadas) representadas no mapa, separando as informações referentes às convenções cartográficas das informações temáticas.
- Dados cartográficos: escalas gráfica e numérica; projeção cartográfica, sistema de coordenadas, referencial planimétrico e fuso; indicação do norte; grade de coordenadas, em escala compatível; articulação das folhas (se necessário); tamanho da folha de impressão.
- Fontes: a) bibliografia de todos os dados apresentados no mapa, indicando fonte, data e escala original; b) nome do sensor, resolução espacial e data de coleta (imageamento) das imagens utilizadas no mapa (imagens de satélite ou ortofotos digitais).
- Data de elaboração do mapa.
- Responsabilidade técnica pela cartografia: empresa e profissional responsável pela elaboração do documento (constando nome, número do registro no conselho de classe e e-mail).

As escalas selecionadas para representação gráfica dos documentos cartográficos serão compatíveis com o conteúdo a ser apresentado, gerando mapas com dimensões

adequadas à sua manipulação durante a análise. Também estarão condicionadas à tipologia do mapeamento em análise – linear, pontual ou por nível de exigência de acurácia e precisão para cada tipologia.

Em geral, os produtos cartográficos elaborados pelo Consórcio e utilizados durante as análises serão entregues em formato A3 e escala aproximada 1:80.000, considerando a grande quantidade de mapas e volume final dos relatórios que eles integrarão. Os dados georreferenciados serão entregues em formato aberto e editável conforme exigências do TDR. Tais dados poderão ser manipulados em ambiente computacional compatível e, conseqüentemente, estarão em múltiplas escalas.

Considerando a escala adotada, sugere-se uma maior flexibilidade dos itens mínimos a serem representados nos produtos cartográficos, a serem avaliados caso a caso e considerando a temática a que o mapa se refere.

Quanto à extensão dos arquivos, o TDR solicita que o Consórcio entregue mapa base e mapas temáticos em extensão .DWG e .MXD, com referência aos *shapes* (.SHP) do projeto, estes últimos referenciados ao documento de mapa na extensão compatível com *software* da família *ESRI ARCGIS*. Os arquivos de imagens deverão ser entregues em formato .JPG, .TIF ou .BMP.

O TDR solicita ainda que todos os mapas produzidos e entregues pelo Consórcio sejam georreferenciado no sistema de coordenadas Universal Transversa de Mercator (UTM), utilizando o Referencial Horizontal Planimétrico (datum horizontal) SIRGAS 2000 e que sejam:

- Apresentados os arquivos vetoriais nos formatos *.DWG (CAD), *.SHP (*Shapefile*) e *ESRI File Geodatabase*.
- Apresentadas as tabelas de atributos do arquivo vetorial (se necessário).
- Enviados arquivo contendo a simbologia (*layout*) utilizada na carta temática, (cores, transparência, máscara etc.).
- Organizar os arquivos vetoriais em planos de informação (feições) distintos, cada um representando um tema específico, indicado em sua nomenclatura.
- Elaborar os polígonos dos arquivos vetoriais fechados topologicamente e perfeitamente conectados por meio de nós, evitando falhas, interrupções e sobreposições.

O Consórcio pontua que os mapas entregues serão georreferenciados no sistema e referencial solicitados e no Fuso 25S.

Sugere-se a entrega dos arquivos tão somente na extensão .MXD ao invés do formato .DWG (AutoCad) e no formato *ESRI File Geodatabase* ao invés do .SHP. Tais sugestões baseiam-se no fato de que o uso de arquivos no formato .DWG ocasionaria, com o decorrer do tempo, a utilização de arquivos desatualizados e sem comunicação com a base de dados municipais. No caso do formato .SHP seria prejudicada a conversão dos dados geográficos armazenados em banco de dados, onde esses possuem uma formulação/padronização de dado cujo formato .SHP não incorpora.

Considerando que serão enviados os arquivos de simbologia (.LYR), o Consórcio não entende como necessário o envio de todo e qualquer arquivo .MXD gerado, visto que os arquivos de simbologia permitirão a contratante uma manipulação mais eficiente de toda a massa de dados encaminhada bem como a geração de produtos cartográficos padronizados (o arquivo .MXD contendo o modelo de produto cartográfico gerado será encaminhado).

Também não se verifica a necessidade de fechamento topológico dos dados vetoriais, levando em consideração a escala de análise e a escala de produtos a serem gerados.

Todos os dados georreferenciados (imagens, vetores, tabelas, etc.) utilizados para elaboração dos produtos cartográficos serão entregues ao Município pelo Consórcio. Estes dados serão entregues na forma de arquivos digitais, originais e editáveis, podendo ser entregues por meio de DVD ou de outro disco de memória portátil.

Os produtos cartográficos digitais representarão uma cópia fiel da via impressa, e serão entregues na extensão *.GeoPDF (*Portable Document Format – Georreferenciado*). Serão apresentados ainda os metadados de arquivos *raster* e vetoriais.

Cumpra-se destacar que todos os materiais produzidos, tanto os arquivos impressos como os arquivos digitais em formato editável e não editável, decorrente da execução do objeto do presente TDR, ficarão de posse e serão propriedade do Município de João Pessoa.

8.2 CRITÉRIOS PARA ACEITE

As entregas dos produtos da revisão do PDMJP, do P1 ao P7, ocorrerão nas respectivas reuniões técnicas de capacitação e serão registradas em memória de reunião. Essas reuniões e entregas acontecerão conforme proposto no TDR. Além dos materiais

produzidos também serão entregues os documentos de Responsabilidade Técnica dos respectivos conselhos de classe dos profissionais envolvidos.

Após a entrega, a ETIM e a Coordenação da ETIM terá 20 dias para análise e aprovação ou apontamento de ajustes necessários, com base na metodologia e nas técnicas apresentadas neste relatório.

O Consórcio recomenda que todas as considerações para as revisões dos relatórios sejam feitas diretamente na versão .DOC (programa *Microsoft® Word*), no modo “Controlar Alterações” ou inseridas em formato de “Comentários”. Ainda, solicita-se que ocorra o envio de um único arquivo revisado, já compilado com todas as considerações feitas pela equipe técnica municipal.

Até a versão final impressa de todos os relatórios produzidos, estes documentos estarão identificados com a marca d’água de “versão preliminar”.

Não é estipulado o quantitativo máximo de versões por relatórios, porém salienta-se a aplicação do bom senso em tais revisões, considerado o cronograma da realização deste plano.

O Consórcio terá os prazos indicados no cronograma para analisar os apontamentos da ETIM e devolver o material corrigido, podendo ser realizadas mais reuniões técnicas, de acordo com a complexidade do tema.

Após aprovação dos materiais, a ETIM encaminhará parecer à Coordenação da ETIM, que emitirá e encaminhará Carta de Aceite ao fiscal de contrato para a medição dos serviços, também conforme item 7.3 do TDR.

9 REFERÊNCIAS

MARTÍNEZ, Juan Antonio. Planejamento de consultas virtuais no contexto do COVID-19: diretrizes para Órgãos Governamentais e Unidades Executoras de Projetos. Juan Antonio Martínez, Julio Rojas. p. cm.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA. **Plano Diretor da Cidade de João Pessoa**. Disponível em: <<http://antigo.joaopessoa.pb.gov.br/secretarias/seplan/plano-diretor/>>. Acesso em: 17 de março de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA. **Mapas**. Disponível em: <<http://geo.joaopessoa.pb.gov.br/digeoc/htmls/mapas.html>>. Acesso em: 17 de março de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA. **Programa João Pessoa Sustentável**. Disponível em: <<https://www.joaopessoa.pb.gov.br/projeto/produrbis-2/>>. Acesso em 05 de abril de 2021.

ECOAR. Manual de metodologias participativas para o desenvolvimento comunitário, Biblioteca - Portal do Consumo Responsável, 2008. Disponível em: <<https://biblioteca.consumoresponsavel.org.br/items/show/232>>. Acesso em: 13 de dez. de 2020.

MDR. Guia para Elaboração e Revisão de Planos Diretores, Ministério do Desenvolvimento Regional, 2019. Disponível em: <<http://www.capacidades.gov.br/biblioteca/detalhar/id/368/titulo/guia-para-elaboracao-e-revisao-de-planos-diretores>>. Acesso em: 13 de dezembro de 2020.

BRASIL. Constituição: República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988. 292p.

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001: Regulamenta os Arts. 182 e 183 da Constituição estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

MOREIRA, P. F. Análise de Atores Sociais/Stakeholders. SlideShare, 2016. Disponível em: <<https://www.slideshare.net/PaulaFrancoMoreira/c-anlise-de-atores-sociais-stakeholders>>. Acesso em: 12 de dez. de 2020.

RAVI. Stakeholder Analysis – How To Analyze Project Stakeholders?. Scholar99, 2017. Disponível em: <<https://www.scholar99.com/stakeholder-analysis-techniques/>>. Acesso em: 12 de dez. de 2020.

ONU. Organização das Nações Unidas. Habitat III – Nova Agenda Urbana. Disponível em <https://www.habitat3.org/the-new-urban-agenda>, acessado em 05 de abril de 2021.

ONU. Organização das Nações Unidas. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>, acessado em 05 de abril de 2021.

10 ANEXOS

10.1 ANEXO I

REGULAMENTO DA 1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA (PDMJP)

SEÇÃO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º As Audiências Públicas são abertas a todos os interessados, que poderão apresentar sugestões e participar do evento, conforme disciplinado neste regulamento.

Art. 2º As Audiências Públicas deverão ocorrer em formatos e horários acessíveis à maioria da população.

§ 1º Para a realização da 1ª Audiência Pública, diante da situação epidemiológica atual, serão atendidas todas as exigências de segurança sanitária e de distanciamento social dispostas no Decreto Municipal Nº 9.738/2021, de 02 de junho de 2021, que regulamenta as restrições à circulação impostas pela pandemia do coronavírus (COVID-19).

§ 2º A 1ª Audiência Pública será realizada de forma *on-line* e será transmitida ao vivo.

Art. 3º A realização das Audiências Públicas tem como objetivos informar, colher subsídios e debater o conteúdo do processo da Revisão do Plano Diretor Municipal, em cumprimento à Lei Federal nº 10.257, de 10 de junho de 2001 (Estatuto da Cidade) e à Lei Complementar nº 03, de 30 de dezembro de 1992, que dispõe sobre o Plano Diretor vigente de João Pessoa.

SEÇÃO II - DA REALIZAÇÃO E CARÁTER DA 1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

Art. 4º A 1ª Audiência Pública será realizada no dia 30 de junho de 2021, às 9h, de forma *on-line*, transmitida ao vivo no canal do *Youtube* da Prefeitura Municipal de João Pessoa.

Art. 5º A 1ª Audiência Pública será presidida pela Coordenação da Equipe Técnica de Integração Municipal e terá duração aproximada de uma hora e quarenta minutos.

Art. 6º Os participantes registrarão sua presença automaticamente ao acessarem a transmissão ao vivo.

SEÇÃO III - DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS DA 1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

Art. 7º A 1ª Audiência Pública para a Revisão do Plano Diretor Municipal de João Pessoa tem como objetivos específicos:

- I. Informar sobre o início, os motivos, a importância, o cronograma, os métodos e técnicas previstas para a revisão do PDMJP.
- II. Debater as questões relativas ao processo de revisão do PDMJP, colocadas tanto pela administração municipal como pelos seus participantes.
- III. Convocar a população, associações representativas dos vários segmentos da comunidade, CDU e poder legislativo para participação do processo de revisão do Plano Diretor do Município de João Pessoa.

SEÇÃO IV - DO CRONOGRAMA DA 1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

Art. 8º A 1ª Audiência Pública terá o seguinte cronograma:

9:00 - 9:10	Abertura da 1ª Audiência Pública
9:10 - 9:20	Leitura do Regulamento
9:20 - 10:00	Apresentação pela equipe do Consórcio
10:00 - 10:30	Espaço para contribuições e questionamentos
10:30 – 10:40	Encerramento da Audiência

SEÇÃO V - DA CONDUÇÃO DOS TRABALHOS E PARTICIPAÇÃO NA AUDIÊNCIA

Art. 9º A 1ª Audiência Pública será declarada aberta pela Coordenação da Equipe Técnica de Integração Municipal, ou por quem essa Coordenação designar, seguirá com a leitura do regulamento e com a apresentação do conteúdo pela equipe técnica do Consórcio – João Pessoa Sustentável – PDMJP.

Art. 10 Ao término da apresentação, a Coordenação da Equipe Técnica de Integração Municipal abrirá espaço para perguntas e contribuições.

Art. 11 As contribuições serão recebidas por meio de comentários na página da transmissão ao vivo.

Parágrafo único. A Página de Internet da Revisão do Plano Diretor Municipal de João Pessoa ficará disponível para o recebimento de perguntas e contribuições ao longo de todo o processo de desenvolvimento dos trabalhos, pelo endereço: www.pdjp.com.br.

Art. 12 Os membros da equipe do Consórcio farão o monitoramento e o controle das contribuições através dos canais eletrônicos durante a transmissão ao vivo da Audiência.

§ 1º Os participantes que enviarem suas perguntas e contribuições deverão indicar a quem se destinam.

§ 2º Após a leitura da pergunta, serão realizados os devidos comentários e esclarecimentos.

§ 3º Não haverá tempo para réplicas ou tréplicas.

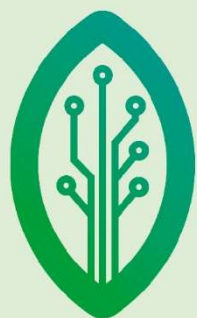
Art. 13 O tempo definido para a leitura e resposta das perguntas será de até 20 (vinte) minutos, cabendo à Coordenação da Equipe Técnica de Integração Municipal, caso necessário, prorrogá-lo por mais 10 (dez) minutos.

Parágrafo único. Finalizando o tempo previsto, as perguntas e contribuições restantes serão respondidas diretamente no site da Prefeitura do Município de João Pessoa, na parte dedicada ao Plano Diretor Municipal, para conhecimento do público.

SEÇÃO VI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14 Os conteúdos apresentados pela equipe do Consórcio e este regulamento deverão estar disponíveis em sítio eletrônico específico com, no mínimo, 15 (quinze) dias corridos de antecedência.

Art. 15 O Consórcio lavrará a ata da respectiva Audiência Pública e encaminhará à Coordenação da Equipe Técnica de Integração Municipal em até 5 (cinco) dias úteis, permanecendo uma cópia desta à disposição dos interessados por meio de sítio eletrônico.



PLANO
DIRETOR
JOÃO PESSOA
O FUTURO É VERDE

